



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, março/2005

**MINISTRO DA FAZENDA**

Antônio Palocci Filho

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Bernard Appy

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Joaquim Vieira Ferreira Levy

**CHEFE DE GABINETE**

José Cordeiro Neto (substituto)

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Almério Cançado de Amorim

Jorge Khalil Miski

José Antônio Gragnani

Tarcísio José Massote de Godoy

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 11, n. 2, fev. 2005. 36 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

Em fevereiro, o resultado primário do Governo Central caracterizou-se pela estabilidade do superávit do Tesouro Nacional (R\$ 6,4 bilhões) e pela deterioração importante do déficit da Previdência Social (R\$ 3,8 bilhões), somando um superávit de R\$ 2,6 bilhões. O déficit da Previdência refletiu, em grande parte, o aumento de número de benefícios e aproximadamente R\$ 1,0 bilhão em sentenças judiciais. O resultado do Governo Central, acumulado no primeiro bimestre de 2005, foi superavitário em R\$ 11,0 bilhões, equivalente a 3,69% do PIB estimado para o período. O Banco Central contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 38,9 milhões. As transferências a estados e municípios, em janeiro e fevereiro de 2005, foram 20,4% maiores que no primeiro bimestre de 2004.

*O resultado primário do Governo Central, no primeiro bimestre de 2005, foi superavitário em R\$ 11,0 bilhões, aproximadamente 3,69% do PIB.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2004-2005**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	JAN 2005	FEV 2005	JAN-FEV 2004	JAN-FEV 2005
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>41.415,3</b>	<b>35.295,2</b>	<b>66.496,7</b>	<b>76.710,4</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>33.303,1</b>	<b>27.763,6</b>	<b>53.370,4</b>	<b>61.066,6</b>
I.1.1 Receita Bruta	33.667,1	28.200,6	54.269,6	61.867,7
I.1.2. (-) Restituições	-364,0	-437,1	-899,1	-801,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>8.047,0</b>	<b>7.377,2</b>	<b>12.962,8</b>	<b>15.424,2</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>65,2</b>	<b>154,4</b>	<b>163,5</b>	<b>219,6</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>7.396,1</b>	<b>6.699,0</b>	<b>11.702,3</b>	<b>14.095,1</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>34.019,2</b>	<b>28.596,1</b>	<b>54.794,4</b>	<b>62.615,3</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>25.675,4</b>	<b>25.953,0</b>	<b>43.351,5</b>	<b>51.628,4</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>8.171,3</b>	<b>7.372,1</b>	<b>14.023,1</b>	<b>15.543,4</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>10.497,6</b>	<b>11.169,3</b>	<b>17.946,9</b>	<b>21.666,9</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>6.915,3</b>	<b>7.190,5</b>	<b>11.093,6</b>	<b>14.105,8</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	615,1	500,8	1.220,6	1.116,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (1)	129,6	1.161,9	577,1	1.291,5
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	617,5	692,1	1.094,6	1.309,7
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.553,0	4.835,7	8.201,4	10.388,7
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>8,6</b>	<b>105,6</b>	<b>85,2</b>	<b>114,2</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>82,5</b>	<b>115,5</b>	<b>202,9</b>	<b>198,1</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>8.343,8</b>	<b>2.643,1</b>	<b>11.442,8</b>	<b>10.986,9</b>
V.1. Tesouro Nacional	10.811,7	6.396,3	16.466,3	17.208,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-2.450,6	-3.792,1	-4.984,1	-6.242,7
V.3. Banco Central (3)	-17,3	38,9	-39,4	21,6
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>4,39%</b>	<b>3,69%</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(2) Receitas de Contribuições menos Despesas com Benefícios Previdenciários.

(3) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

**PRINCIPAIS VARIAÇÕES**  
**ACUMULADO: 2005/2004**

DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>15,4%</b>
Tesouro	14,4%
Previdência	19,0%
<b>Transferências</b>	<b>20,4%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>14,3%</b>
<b>Despesas</b>	<b>19,1%</b>
Benefícios	20,7%
Pessoal	10,8%
Custeio e Capital	27,2%

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL**  
**BRASIL, JAN-FEV (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receita Total	25,50%	25,78%
Transferências	4,49%	4,74%
<b>Receita Líquida</b>	<b>21,01%</b>	<b>21,05%</b>
Despesa Total	16,62%	17,35%
<b>Resultado Primário</b>	<b>4,39%</b>	<b>3,69%</b>

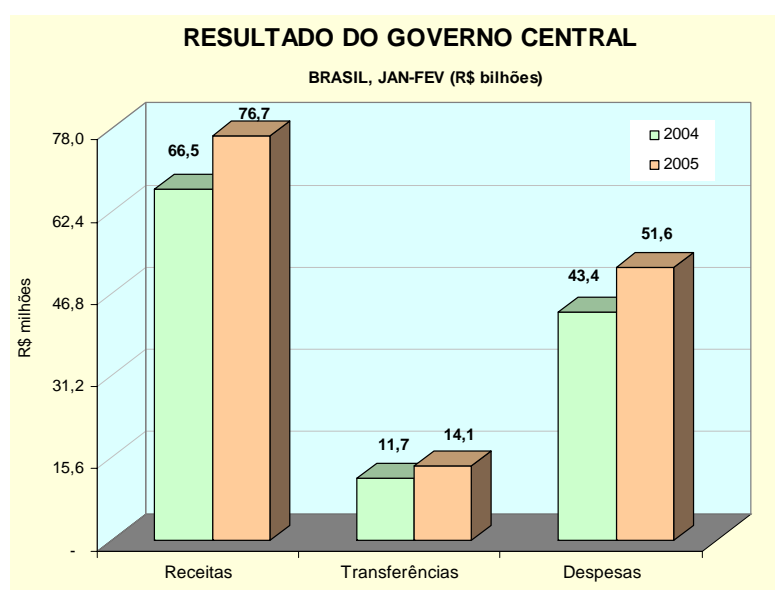
No primeiro bimestre desse ano, as receitas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 7,7 bilhões (14,4%) em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando o montante de R\$ 61,1 bilhões, como reflexo dos efeitos de medidas tributárias adotadas ao longo de 2004, do impacto do crescimento econômico e

da evolução dos níveis de preços. As principais medidas tomadas em 2004, cujos reflexos sob a arrecadação foram sentidos nos meses subsequentes ao primeiro bimestre daquele ano foram: (i) alteração na sistemática de cobrança da Cofins e incidência sobre importações; (ii) mudança do período de apuração e recolhimento do IPI, de quinzenal para mensal; e (iii) aumento da alíquota da CSLL referente a prestadoras de serviços. Além disso, observou-se aumento na arrecadação da cota-parte de compensação financeira, devido à elevação do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

As transferências a estados e municípios cresceram R\$ 2,4 bilhões (20,4%) em relação ao primeiro bimestre de 2004. Os principais destaques foram os acréscimos de R\$ 1,4 bilhão (14,9%) nas transferências dos fundos de participação (FPE e FPM), acompanhando o crescimento na arrecadação do IR e do IPI, e de R\$ 465,5 milhões nas transferências da Cide. Estas últimas, sem correspondência nos primeiros meses de 2004 uma vez que a Lei nº 10.866/04, que as estabeleceu, foi regulamentada somente em abril de 2004.

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-FEV (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receitas do Tesouro (*)	20,47%	20,53%
Transferências	4,49%	4,74%
Despesas do Tesouro	9,66%	10,00%
<b>Resultado Primário</b>	<b>6,31%</b>	<b>5,78%</b>

(\*) Liquidas de restituições e incentivos fiscais



*A redução sazonal das receitas do Tesouro Nacional e o aumento do déficit do RGPS explicam a redução de R\$ 5,7 bilhões no superávit do Governo Central, em relação a janeiro.*

As despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 4,6 bilhões (18,1%) relativamente às verificadas no bimestre janeiro-fevereiro de 2004. Os gastos com pessoal e encargos aumentaram R\$ 1,5 bilhão (10,8%) como reflexo do crescimento vegetativo da folha salarial e da reestruturação de algumas carreiras estratégicas. As despesas com custeio e capital cresceram R\$ 3,0 bilhões (27,2%), resultado para o que contribuiu o crescimento dos benefícios assistenciais, notadamente LOAS e RMV, da ordem de R\$ 215,1 milhões (19,6%), e o aumento de R\$ 2,2 bilhões nas despesas discricionárias (26,7%), nas quais se incluem aquelas associadas à função da Saúde.

A Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 6,2 bilhões no bimestre janeiro-fevereiro de 2005, contra R\$ 5,0 bilhões no mesmo período de 2004, refletindo o dinamismo dos gastos com benefícios totais, que aumentaram 20,7% nesse período. Tal comportamento reflete um aumento de despesas bem acima do aumento de 8,6% no valor médio dos benefícios pagos, e de 8,33% do salário mínimo em abril de 2004. Para ele contribuiu a ampliação do contingente de novos benefícios (incremento de 1,2 milhão na quantidade média dos benefícios em relação ao primeiro bimestre de 2004, com destaque para o crescimento de 284,6 mil novos benefícios de auxílio-doença), além de incremento de R\$ 1,0 bilhão nas despesas com sentenças judiciais. Por seu lado, a arrecadação líquida atingiu o montante de R\$ 15,4 bilhões, com crescimento de 19,0% em relação ao primeiro bimestre de 2004, refletindo o aumento do teto de contribuição apenas após fevereiro de 2004 e o comportamento favorável em termos de geração de novos postos formais de trabalho.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 28,2 bilhões em fevereiro de 2005, inferior em R\$ 5,5 bilhões em relação ao mês anterior. Esse comportamento pode ser explicado pelo efeito sazonal das receitas verificadas no mês janeiro: (i) o pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, relativa ao resultado apurado no último trimestre do ano passado; (ii) a arrecadação do IRRF – Rendimentos de Capital proveniente de juros remuneratórios do capital próprio; (iii) a arrecadação do IRPJ, da CSLL, da Cofins, do PIS/Pasep e IPI outros, resultante do bom desempenho das vendas no final de 2004; e (iv) o menor número de dias úteis no mês de fevereiro em relação a janeiro que afetou, negativamente, a arrecadação de tributos cujo fato gerador da arrecadação cai no próprio mês de fevereiro (II, IPI – Vinculado, IPI – Fumo, IPI – Bebidas).

As demais receitas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 3,6 bilhões, representando queda de R\$ 529,0 milhões em relação ao mês anterior. Essa retração decorreu, em grande parte, da redução de R\$ 1,5 bilhão referente à participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural, resultante do recolhimento trimestral realizado em janeiro, além da diminuição de R\$ 347,6 milhões no conjunto das receitas diretamente arrecadadas e concessões. Tal queda foi, em parte compensada pela arrecadação de dividendos no montante de R\$ 1,3 bilhão, provenientes da Petrobras (R\$ 1,1 bilhão) e do Banco do Brasil (R\$ 169,2 milhões).

*O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 6,2 bilhões no primeiro bimestre de 2005. O crescimento de 20,7% das despesas com benefícios foi bem acima do reajuste dos benefícios, refletindo o incremento na quantidade de benefícios e os gastos com sentenças judiciais.*

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-FEV (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Contribuição	13,0	15,4	19,0%
Benefícios	17,9	21,7	20,7%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-5,0</b>	<b>-6,2</b>	<b>25,3%</b>

## **Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior**

*Em fevereiro, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 28,2 bilhões, valor R\$ 5,5 bilhões inferior à arrecadação de janeiro.*

RECEITAS BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões) <sup>1</sup>		
DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV
<b>Impostos</b>	<b>13.664,9</b>	<b>10.986,8</b>
Imposto de Renda	10.280,6	8.037,9
IPI	2.167,6	1.860,5
Outros	1.216,8	1.088,4
<b>Contribuições</b>	<b>15.897,5</b>	<b>13.638,2</b>
Cofins	7.669,3	6.338,1
CPMF	2.194,7	2.251,0
CSLL	2.734,3	2.017,5
Cide - Combustíveis	649,8	607,9
Outras	2.649,50	2.402,85
<b>Demais</b>	<b>4.104,7</b>	<b>3.575,7</b>
Cota parte	2.123,2	588,0
Diretamente Arrecadada	1.128,7	900,2
Dividendos da União	86,4	1.252,2
Pagamento Unificado /2	240,5	245,5
Outras	525,9	589,8
<b>Total Bruto</b>	<b>33.667,1</b>	<b>28.200,6</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e retis foram distribuídos nos respectivos tributos.

<sup>2</sup> Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL.

## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
<b>Impostos</b>	<b>8,81%</b>	<b>8,29%</b>
Imposto de Renda	6,84%	6,16%
IPI	1,20%	1,35%
Outros	0,76%	0,77%
<b>Contribuições</b>	<b>9,57%</b>	<b>9,93%</b>
Cofins	4,29%	4,71%
CPMF	1,55%	1,49%
CSLL	1,49%	1,60%
Cide - Combustíveis	0,51%	0,42%
Outras	1,73%	1,70%
<b>Demais</b>	<b>2,44%</b>	<b>2,58%</b>
Cota parte	0,78%	0,91%
Diretamente Arrecadada	0,56%	0,68%
Dividendos da União	0,42%	0,45%
Pagamento Unificado	0,17%	0,16%
Outras	0,51%	0,38%
<b>Total Bruto</b>	<b>20,81%</b>	<b>20,80%</b>

A receita bruta do Tesouro Nacional, no primeiro bimestre de 2005, apresentou crescimento de R\$ 7,6 bilhões (14,0%), quando comparado a período equivalente no ano anterior, passando de R\$ 54,3 bilhões para R\$ 61,9 bilhões. Esse crescimento está associado, dentre outros fatores: (i) ao aumento na arrecadação de IRRPJ e CSLL decorrente, principalmente, de pagamentos efetuados por empresas não financeiras com base em estimativa mensal e lucro presumido, ambos apurados com base no faturamento; (ii) à incidência da Cofins, a partir de maio de 2004, sobre insumos importados pelas empresas sujeitas a não cumulatividade (Lei nº 10.833/03); e (iii) à extensão da tributação, pela Cofins, a todos os produtos importados (Lei nº 10.864/04).

A arrecadação das demais receitas apresentou crescimento de R\$ 1,3 bilhão, em relação ao acumulado dos meses de janeiro e fevereiro ano anterior, decorrente, em boa medida, do maior recolhimento da participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural, refletindo os níveis mais elevados dos preços internacionais do petróleo que os observados no começo do ano de 2004.

## Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP)		
Decêndio	R\$ milhões	
	Jan	Fev
Terceiro Decêndio	7.096,8	6.746,6
Primeiro Decêndio	2.703,1	1.633,9
Segundo Decêndio	2.645,1	2.513,8
<b>Total</b>	<b>12.445,0</b>	<b>10.894,3</b>

Em fevereiro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 6,7 bilhões, contra R\$ 7,4 bilhões no mês anterior. Tal comportamento verificou-se como decorrência da diminuição de R\$ 713,5 milhões nas transferências dos fundos de participação (FPE e FPM), associada a fatores sazonais que afetaram as bases de cálculo destas, e de não ter havido repasse da Cide, ao contrário de em janeiro, quando o repasse foi de R\$ 465,5 milhões, referentes à arrecadação apurada no trimestre encerrado em dezembro, conforme disposto na Lei nº 10.866/2004. Por outro lado, não obstante a redução de R\$ 269,3 milhões na transferência do salário educação, as demais transferências elevaram-se em R\$ 478,7 milhões, como decorrência do aumento de R\$ 752,1 milhões no repasse de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural referente, em boa medida, à arrecadação do último decêndio de janeiro.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Constitucionais (IR, IPI e outros)	9.277,0	10.657,7
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	0,0	465,5
Desoneração do ICMS	566,7	719,8
Demais	1.858,7	2.252,1
<b>Total</b>	<b>11.702,3</b>	<b>14.095,1</b>

Comparativamente ao primeiro bimestre de 2004, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo da ordem de R\$ 2,4 bilhões (20,4%). Destaca-se a evolução das transferências dos fundos de participação que, acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI), superaram em R\$ 1,4 bilhão (14,9%) as transferências realizadas no mesmo período do ano passado. Por outro lado, as transferências relativas à Cide não tiveram correspondência no mesmo período do ano anterior,

uma vez que a Lei nº 10.866/04, que as estabeleceu, foi regulamentada somente em abril de 2004.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 14,7 bilhões, em fevereiro, contra R\$ 15,1 bilhões, no mês anterior, apresentando, portanto, redução de R\$ 427,0 milhões (2,8%).

O comportamento da despesa com pessoal e encargos sociais, que passou de R\$ 8,2 bilhões, em janeiro, para R\$ 7,4 bilhões, em fevereiro, é explicado, principalmente, por fatores ocorridos no mês anterior, sem correspondência em fevereiro, dentre os quais: (i) o pagamento da décima segunda parcela relativa ao reajuste de 28,86% devida aos servidores civis da União (Medida Provisória nº 2.169, de 24/08/01); (ii) o pagamento da quinta parcela do passivo de 3,17% aos servidores do Poder Executivo (exceto militares) relativa à isonomia em reajustes concedidos aos Poderes Legislativo e Judiciário em janeiro de 1995; e (iii) a concentração, em janeiro, de pagamentos relativos ao adiantamento de 13º salário e férias dos servidores públicos federais.

Os gastos com custeio e capital atingiram R\$ 7,2 bilhões, contra R\$ 6,9 bilhões no mês anterior. O aumento pode ser explicado, em parte, pelos dispêndios com subsídios e subvenções econômicas, em especial, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 99,0 milhões) e Programa de Incentivo às Exportações - Proex, (R\$ 221,7 milhões), bem como despesa referente ao repasse, a título de aumento de capital da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA no montante de R\$ 585,2 milhões<sup>1</sup>. Por outro lado, observou-se decréscimo de R\$ 717,3 milhões nas “outras despesas de custeio e capital”.

### Boxe 1 – Decreto de Programação Financeira

O Decreto nº 5.356, de 27/01/05, estabeleceu os limites de execução para custeio e investimentos em 12% e 8%, respectivamente, das dotações orçamentárias autorizadas na Lei Orçamentária Anual de 2005 (Lei nº 11.100, de 25/01/05). Tais limites vigoraram até a publicação do Decreto nº 5.379, de 25/02/2004, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira para 2005. Com base na revisão\* dos valores relativos às receitas e despesas do exercício e como medida preventiva para o cumprimento da meta de resultado primário prevista na LDO 2005 (Lei nº 10.934, de 11/08/2004), o referido decreto autorizou a realização de despesas pelos órgãos do Poder Executivo em montante R\$ 15,9 bilhões inferior aos valores constantes na LOA 2005. Vale ressaltar que, com vistas a contribuir para a criação de condições mais adequadas à retomada sustentável do crescimento econômico, terão tratamento destacado no resultado primário os projetos selecionados nos termos do art. 16, § 3º da LDO 2005, denominados “projeto-piloto de investimento público”, que totalizam, para este ano, cerca de R\$ 2,8 bilhões. Foram preservados ainda os valores necessários ao atendimento das despesas obrigatórias da União, bem como permanece o compromisso com o controle das despesas relativas à manutenção da máquina administrativa.

\* A revisão dos valores relativos às receitas e despesas indicou: (i) redução de receitas administradas em R\$ 7,2 bilhões, sendo as principais quedas observadas no IPI, PIS/PASEP, CSLL e Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Naturais.; (ii) aumento do déficit do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, da ordem de R\$ 5,5 bilhões; (iii) aumento das despesas com benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social, seguro desemprego e abono salarial, em função da atualização das bases de projeção e do reajuste real do salário mínimo.

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>8.171,3</b>	<b>7.372,1</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>6.915,3</b>	<b>7.190,5</b>
Despesas do FAT	615,1	500,8
Subsídios e Subvenções *	129,6	1.161,9
LOAS/RMV (1)	617,5	692,1
Outras	5.553,0	4.835,7
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>8,6</b>	<b>105,6</b>

\* Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

As despesas do Tesouro Nacional, em fevereiro, apresentaram queda de R\$ 427,0 milhões em relação às observadas em janeiro.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2005 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV
<b>Agricultura</b>	<b>53,1</b>	<b>230,3</b>
Custeio Agropecuário	1,3	32,1
Investimento Rural	-	26,3
Preços Agrícolas	80,0	101,0
- EGF	-	0,4
- AGF	78,0	90,3
- Sustentação de preços	2,0	10,3
Pronaf	(28,2)	70,8
<b>Outros</b>	<b>10,7</b>	<b>238,4</b>
Habitação (PSH)	-	3,9
Exportação (Proex)	3,3	225,0
Fundo da Terra/Incra	7,4	9,5
<b>Total</b>	<b>63,8</b>	<b>468,7</b>

<sup>1</sup> O contrato com a EMGEA prevê o aumento de capital por parte da União, pela transferência, dentre outros, de créditos da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A referida cessão de créditos permitirá à EMGEA fazer face às despesas associadas às perdas com empréstimos do sistema habitacional (e.g., antigo BNH e COHABs).

As despesas relativas ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atingiram R\$ 500,8 milhões, frente a R\$ 615,1 milhões em janeiro.

### **Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior**

No primeiro bimestre de 2005, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 4,6 bilhões (18,1%) em relação a 2004. Destacam-se, em especial, os incrementos de R\$ 1,5 bilhão (10,8%) nos gastos com pessoal e encargos sociais e de R\$ 3,0 bilhões (27,2%) nas despesas de custeio e capital, inclusive com a função Saúde.

A elevação dos dispêndios com pessoal e encargos sociais é decorrente do crescimento vegetativo da folha salarial, da reestruturação de algumas carreiras estratégicas, ao longo de 2004, e do reajuste dos servidores públicos federais, com impacto a partir de agosto daquele ano.

O crescimento nominal dos dispêndios com custeio e capital é explicado, principalmente, pelo aumento observado nas despesas discricionárias (R\$ 2,2 bilhões) e com LOAS/RMV (R\$ 215,1 milhões).

Com relação à execução de restos a pagar (RP) nos dois primeiros meses do ano, o montante pago correspondeu a R\$ 2,3 bilhões, aproximadamente 4,6% a mais que no mesmo período do ano anterior. Foram pagos, no acumulado do ano, 21,6% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) – respeitados os fluxos previstos no Decreto nº 5.379, de 25/02/2004. Dos restos a pagar pagos até fevereiro, R\$ 549,1 milhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 8,9%, superior ao observado em fevereiro de 2004 (6,6%).

No primeiro bimestre de 2005, os gastos com subsídios e subvenções econômicas corresponderam a R\$ 1,3 bilhão, contra R\$ 577,1 milhões em fevereiro do ano anterior.

Nesse período, as despesas com subsídios à exportação, no âmbito do Programa de Incentivo às Exportações (Proex), apresentaram incremento de R\$ 312,1 milhões em relação a idêntico período do ano anterior, enquanto os dispêndios com o Programa Aquisições do Governo Federal (AGF) apresentaram aumento de R\$ 167,8 milhões. Por outro lado, apresentaram queda as despesas com a equalização no âmbito do Programa de Investimento Rural e Agroindustrial (R\$ 147,2 milhões) e com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 135,6 milhões). Ressalta-se

#### **DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>5,38%</b>	<b>5,22%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,25%</b>	<b>4,74%</b>
Despesas do FAT	0,47%	0,38%
Subsídios e Subvenções *	0,22%	0,43%
LOAS/RMV	0,42%	0,44%
Outras	3,15%	3,49%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,04%</b>

\* Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

*Foram pagos, em fevereiro, 21,6% do total de restos a pagar (RP) inscritos.*

#### **OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
<b>Agricultura</b>	<b>388,7</b>	<b>283,3</b>
Custeio Agropecuário	23,8	33,3
Investimento Rural	173,5	26,3
Preços Agrícolas	13,2	181,1
- EGF	2,7	0,4
- AGF	0,5	168,3
- Sustentação de preços	9,9	12,3
Pronaf	178,2	42,6
<b>Outros</b>	<b>(5,5)</b>	<b>249,1</b>
Habitação (PSH)	71,5	3,9
Exportação (Proex)	(83,8)	228,3
Fundo da Terra/Incra	6,8	16,9
<b>Total</b>	<b>383,1</b>	<b>532,5</b>



que tal redução é explicada pelo fato de que parte das demandas que eram atendidas, anteriormente, com recursos das Operações Oficiais de Crédito (OOC), passaram a ser executadas com recursos dos fundos constitucionais.

A Previdência Social (RGPS) registrou em fevereiro déficit primário de R\$ 3,8 bilhões, R\$ 1,3 bilhão acima do verificado no mês anterior. Os principais fatores explicativos para esse incremento, no mês, foram a elevação nas despesas com benefícios previdenciários, especialmente por conta do pagamento de sentenças judiciais – que ultrapassaram R\$ 1,0 bilhão, e o aumento nas transferências a terceiros (Sesi, Senai, Sesc e outros), decorrente do repasse das contribuições sobre o 13º salário. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 6,2 bilhões, contra R\$ 5,0 bilhões observados em 2004.

## Previdência Social

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2004-2005**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN		FEV		JAN-FEV	
	2005	2005	2004	2005	2004	2005
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>8.047,0</b>	<b>7.377,2</b>	<b>12.962,8</b>	<b>15.424,2</b>		
Arrecadação Bruta	8.526,4	8.550,7	14.426,4	17.077,0		
- Contribuição Previdenciária	7.605,0	8.006,5	13.349,0	15.611,5		
- Simples	525,2	316,3	664,0	841,5		
- CDP	0,0	0,0	0,2	0,0		
- CFT	0,0	117,9	202,3	117,9		
- Depósitos Judiciais	350,2	46,5	149,6	396,7		
- Refis	34,2	34,1	46,6	68,4		
- Outras Receitas	11,7	29,3	14,5	41,1		
(-) Restituição/Devolução	-10,5	-20,1	-54,9	-30,7		
(-) Transferências a Terceiros	-468,9	-1.153,4	-1.408,7	-1.622,2		
<b>II. BENEFÍCIOS</b>	<b>10.497,6</b>	<b>11.169,3</b>	<b>17.946,9</b>	<b>21.666,9</b>		
Benefícios Previdenciários	10.497,6	11.169,3	17.946,9	21.666,9		
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-2.450,6</b>	<b>-3.792,1</b>	<b>-4.984,1</b>	<b>-6.242,7</b>		
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,91%</b>	<b>-2,10%</b>		

*Em fevereiro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,8 bilhões.*

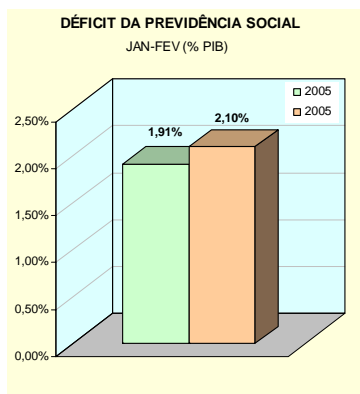
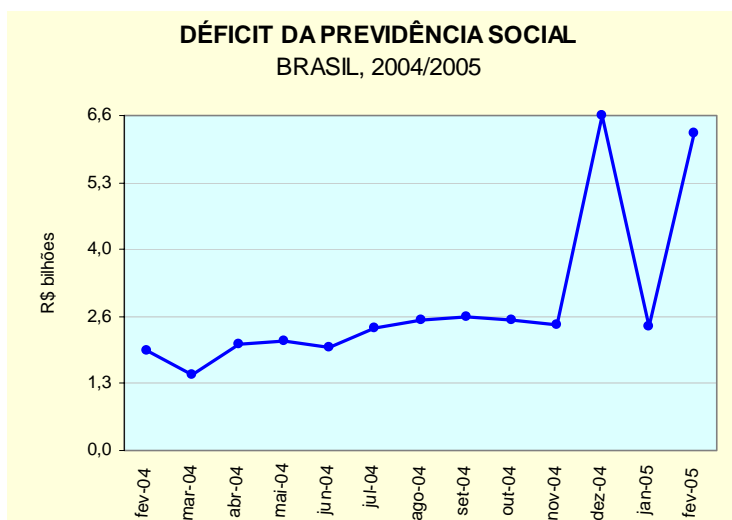
A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 7,4 bilhões em fevereiro, representando queda de 8,3% frente aos ingressos líquidos de janeiro. Tal redução refletiu o incremento, em fevereiro, de R\$ 684,5 milhões (146,0%) nas transferências a terceiros (Sesi, Senai, Sesc e outros) em virtude do repasse das contribuições sobre o 13º salário. Além disso, a arrecadação decorrente de depósitos judiciais apresentou diminuição de R\$ 303,7 milhões (86,7%) em relação a janeiro. Por seu turno, a elevação de R\$ 671,7 milhões nas despesas previdenciárias foi causada, principalmente, pelo incremento nos gastos com

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA**  
**BRASIL, JAN-FEV (R\$ bilhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Contribuição	13,0	15,4	19,0%
Benefícios	17,9	21,7	20,7%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-5,0</b>	<b>-6,2</b>	<b>25,3%</b>

sentenças judiciais, que passaram de R\$ 323,8 milhões, em janeiro, para R\$ 1.085,3 milhões, em fevereiro.

No acumulado do ano, a arrecadação líquida cresceu 19,0% (R\$ 2,5 bilhões), enquanto que a despesa com benefícios previdenciários aumentou 20,7% (R\$ 3,7 bilhões). Com isso, a necessidade de financiamento do RGPS apresentou acréscimo de 25,3% (R\$ 1,3 bilhão).

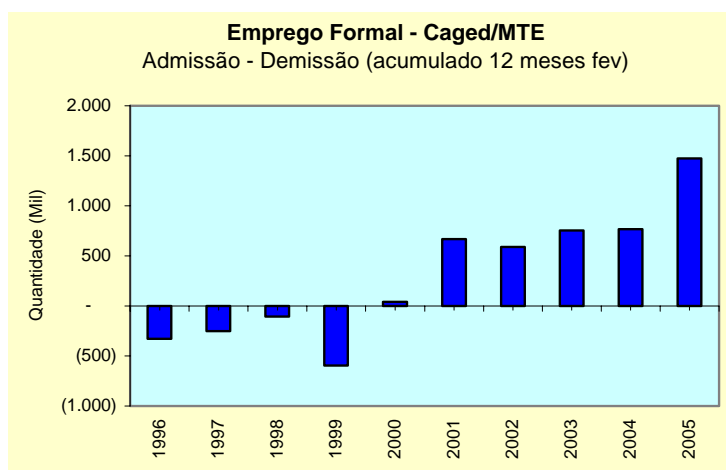


A elevação do patamar da arrecadação em relação ao ano anterior pode ser explicada, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) elevação do teto previdenciário, aprovado pela Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/2003, que passou de R\$ 1.869,34 para R\$ 2.400,00 a partir de janeiro de 2004, porém com impacto no caixa do mês de fevereiro; e (ii) comportamento do emprego no setor formal, com impacto direto nas receitas previdenciárias. Segundo os dados do Caged, o nível de emprego formal com carteira assinada cresceu 0,30% em relação ao mês anterior, representando aumento de 73 mil postos de trabalho. Foram gerados 1.473 mil novos empregos no acumulado 12 meses até fevereiro, frente a 765 mil novos postos observados em igual período do ano anterior.

As despesas com benefícios totalizaram R\$ 21,7 bilhões até fevereiro de 2005, representando incremento de 20,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, bem acima do crescimento de 8,6% no valor médio dos benefícios pagos. Houve aumento de 1,2 milhão na quantidade média mensal de benefícios pagos, equivalente à cerca de 5,3% no estoque; e R\$ 1,0 bilhão nos gastos com sentenças judiciais.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-FEV			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Quantidade*	22,0	23,2	5,3%
Valor médio**	416,3	452,0	8,6%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00



Na comparação da média do primeiro bimestre de 2005 em relação à média do ano anterior, destacam-se os aumentos de 440,7 mil aposentadorias (3,5%), 284,6 mil benefícios de auxílio-doença (20,9%) e 354,2 mil nas despesas de Loas (17,0%). O aumento do benefício assistencial para o caso específico do idoso (257,8 mil, representando crescimento de 27,2%), é explicado pela vigência do Estatuto do Idoso, que alterou as regras para a concessão do benefício, e entrou em vigor em janeiro de 2004, mas cujo efeito pleno foi observado ao longo dos meses seguintes. A tabela a seguir apresenta em detalhes as quantidades dos benefícios emitidos pela Previdência Social.

**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2004-2005**

	Em mil benefícios			
	JAN	FEV	MÉDIA JAN-FEV	
	2005	2005	2004	2005
<b>TOTAL</b>	<b>23.099</b>	<b>23.160</b>	<b>21.932</b>	<b>23.129</b>
<b>PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>19.695</b>	<b>19.743</b>	<b>18.843</b>	<b>19.719</b>
Aposentadorias	12.628	12.655	12.201	12.642
Idade	6.462	6.478	6.202	6.470
Invalidez	2.530	2.539	2.423	2.534
Tempo de contribuição	3.636	3.638	3.576	3.637
Pensão por morte	5.634	5.648	5.500	5.641
Auxílio - doença	1.359	1.368	1.079	1.364
Salário - maternidade	46	46	40	46
Outros	27	27	23	27
<b>ACIDENTÁRIOS</b>	<b>754</b>	<b>754</b>	<b>736</b>	<b>754</b>
Aposentadorias	137	137	130	137
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	129	128	117	129
Auxílio - acidente	266	266	265	266
Auxílio - suplementar	91	91	93	91
<b>ASSISTENCIAIS</b>	<b>2.640</b>	<b>2.653</b>	<b>2.353</b>	<b>2.647</b>
Amparos Assistenciais - LOAS	2.077	2.094	1.731	2.085
Idoso	943	954	691	948
Portador de deficiência	1.134	1.140	1.040	1.137
Pensões mensais vitalícias	17	17	18	17
Rendas mensais vitalícias	546	543	605	545

<b>RESULTADO DA PREVIDÊNCIA</b> <b>BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)</b>		
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Contribuição	4,97%	5,18%
Benefícios	6,88%	7,28%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,91%</b>	<b>-2,10%</b>

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,21 ponto percentual em relação ao primeiro bimestre do ano passado, sendo insuficiente para cobrir o aumento de 0,40 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS situou-se 0,19 ponto percentual acima do observado em 2004, atingindo 2,10% do PIB.

Em fevereiro, houve aumento da participação de títulos pré-fixados na Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi, com emissão líquida de R\$ 7,8 bilhões de LTN e resgates líquidos de LFT no montante de R\$ 4,1 bilhões. A relação Dívida Líquida do Tesouro Nacional/PIB caiu um ponto percentual em relação a fevereiro de 2004. O custo médio de carregamento desta dívida aumentou ligeiramente, para 16,5%, a despeito da apreciação do câmbio em fevereiro. A participação dos bônus de captação na Dívida Pública Federal externa – DPFe, por seu lado, aumentou, em virtude da emissão dos bônus Euro 2015 e Global 2025. O número de participantes no programa Tesouro Direto ultrapassou 35.000, demonstrando o crescimento orgânico desta alternativa de investimento pela internet para a pessoa física, que vem se dando sem maior publicidade institucional.

### **DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

Em fevereiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 431,7 bilhões, equivalente a 24,0% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Em relação ao mês anterior, verificou-se uma elevação de R\$ 23,7 bilhões, explicada, principalmente, pela emissão líquida de títulos nos mercados interno e externo, além do efeito da apropriação por competência dos juros nominais da DPMFi. O crescimento da dívida externa foi parcialmente compensado pela apreciação cambial verificada no mês.

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2004/2005**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004	2005	
	FEV	JAN	FEV
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>168.650</b>	<b>212.908</b>	<b>233.438</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	714.575	815.449	835.429
Dívida Contratual da STN	-412.248	-449.875	-447.117
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-133.676	-152.667	-154.874
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>225.290</b>	<b>195.129</b>	<b>198.301</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público	177.163	157.408	160.961
Títulos Depositados em Garantia	-3.867	-3.798	-3.697
Dívida Contratual	52.365	41.961	41.499
Disponibilidades	-371	-442	-461
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>393.940</b>	<b>408.037</b>	<b>431.739</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>25,0%</b>	<b>22,9%</b>	<b>24,0%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

*A dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 431,7 bilhões em fevereiro, equivalente a 24,0% do PIB, 1,0 ponto percentual abaixo do registrado em igual período de 2004.*

Houve queda de 1,0 ponto percentual na relação dívida líquida/PIB em relação a fevereiro de 2004. Essa queda está associada à redução do estoque da

dívida externa líquida, em virtude dos resgates, amortizações e da apreciação cambial verificada no período.

## Dívida Interna Líquida

O valor da dívida interna líquida do Tesouro Nacional em mercado alcançou R\$ 233,4 bilhões em fevereiro, superando em R\$ 20,5 bilhões o saldo apurado no mês anterior. Essa elevação deveu-se, principalmente, à emissão líquida de títulos em mercado, da ordem de R\$ 2,2 bilhões, à incorporação por competência dos juros nominais sobre a dívida mobiliária interna e à colocação em mercado de títulos que se encontravam na carteira do Banco Central. Observou-se também redução dos haveres contratuais em R\$ 550,7 milhões

**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2004/2005**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004 FEV	2005 JAN	2005 FEV
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>168.650</b>	<b>212.908</b>	<b>233.438</b>
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO</b>	<b>714.575</b>	<b>815.449</b>	<b>835.429</b>
LFT	435.157	477.177	478.955
LTN	100.286	151.279	169.564
NTN-C	62.589	78.061	79.010
NTN-D	26.020	7.936	6.177
Demais	68.527	73.054	73.682
Dívida Securitizada	19.958	25.360	25.391
TDA	2.039	2.582	2.650
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>-545.925</b>	<b>-602.541</b>	<b>-601.990</b>
<i>Tesouro Nacional</i>	-412.248	-449.875	-447.117
Dívida Bancária	25.610	25.070	25.047
Lei nº 7.976/89	-9.654	-7.547	-7.439
Lei nº 8.727/93	-47.772	-48.065	-48.070
Lei nº 9.496/97	-215.603	-242.600	-243.888
Renegociação Dívida Municipais	-31.463	-36.337	-36.533
Demais Haveres da STN	-133.366	-140.396	-136.233
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-133.676	-152.667	-154.874
FAT	-92.574	-105.573	-107.193
Demais Entidades	-41.102	-47.094	-47.680
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB</b>	<b>45,3%</b>	<b>45,8%</b>	<b>46,4%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-34,6%</b>	<b>-33,8%</b>	<b>-33,5%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-26,1%</b>	<b>-25,3%</b>	<b>-24,9%</b>
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>10,7%</b>	<b>12,0%</b>	<b>13,0%</b>

*A dívida líquida interna do Tesouro Nacional, em fevereiro, superou em R\$ 20,5 bilhões o saldo do mês anterior.*

## Emissões e Resgates

Em fevereiro, as emissões de títulos da DPMFi totalizaram R\$ 30,6 bilhões, sendo compostas por ofertas públicas, emissões diretas e operações no âmbito do programa Tesouro Direto. O montante resgatado foi de R\$ 28,5 bilhões, resultando na emissão líquida de títulos públicos de R\$ 2,2 bilhões.

O montante de títulos da DPMFi emitidos por meio de oferta pública totalizou R\$ 30,3 bilhões, sendo: i) R\$ 16,6 bilhões em LFT, com vencimentos em fevereiro e dezembro de 2006 e dezembro de 2007; ii) R\$ 12,4 bilhões em LTN, com vencimentos em janeiro, abril e julho de 2006 e janeiro de 2007; iii) R\$ 850,7 milhões em NTN-F, com vencimento em janeiro de 2008 e 2010; iv) R\$ 365,7 milhões em NTN-C, com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; e v) R\$ 108,5 milhões em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006 e 2024 e maio de 2009, 2015 e 2045.

As emissões diretas da DPMFi ao público totalizaram R\$ 250,8 milhões, dentre os quais destacam-se R\$ 186,0 milhões em NTN-I, para o Programa de Financiamento às Exportações – Proex; R\$ 53,8 milhões em TDA por solicitação do Incra para indenização de desapropriações para a reforma agrária; e R\$ 10,2 milhões em CFT-E1, para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies.

*O Tesouro Nacional realizou, em fevereiro, emissão líquida de títulos no valor de R\$ 2,2 bilhões.*

**TABELA 6**  
**EMISSIONES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, FEV/2005**

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
<b>I. EMISSIONES</b>	<b>30.333,0</b>	<b>250,8</b>	<b>50,0</b>	<b>30.633,8</b>
LFT	16.596,8	0,0	17,0	16.613,8
LTN	12.411,3	0,0	24,3	12.435,6
NTN-B	108,5	0,0	1,9	110,5
NTN-C	365,7	0,0	5,7	371,4
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	850,7	0,0	1,1	851,8
TDA	0,0	53,8	0,0	53,8
Securitizada*	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	0,0	197,0	0,0	197,0
<b>II. RESGATES**</b>	<b>23.706,0</b>	<b>4.724,9</b>	<b>29,5</b>	<b>28.460,3</b>
LFT	18.412,8	2.308,8	17,9	20.739,5
LTN	4.562,1	21,7	2,1	4.585,8
NTN-B	534,1	1,3	1,6	537,0
NTN-C	197,1	46,3	7,5	250,9
NTN-D	0,0	1.734,3	0,0	1.734,3
NTN-F	0,0	0,0	0,5	0,5
TDA	0,0	23,8	0,0	23,8
Securitizada*	0,0	152,5	0,0	152,5
Demais	0,0	436,0	0,0	436,0
<b>III. VALOR LÍQUIDO (I-II)</b>	<b>6.627,0</b>	<b>-4.474,1</b>	<b>20,6</b>	<b>2.173,4</b>

\* Inclui dívida agrícola.

\*\* Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

*As emissões líquidas de títulos prefixados, LTN e NTN-F, totalizaram R\$ 8,7 bilhões. Por seu turno, os papéis remunerados pela taxa Selic, LFT, tiveram resgates líquidos da ordem de R\$ 4,1 bilhões.*

#### Boxe 2 – Tesouro Direto

A venda de títulos do Tesouro Nacional por meio do programa Tesouro Direto, em fevereiro, atingiu o montante de R\$ 50,0 milhões. O número de investidores cadastrados apresentou aumento, alcançando 35.791 pessoas.

Quanto à composição das vendas, as LTN apresentaram a maior participação no volume vendido, atingindo 48,4% do total, enquanto as LFT representaram 33,5%. Esse resultado mantém a tendência verificada nos últimos meses, de maior participação das LTN no total vendido.

As emissões realizadas através de venda de títulos pela internet, Tesouro Direto, totalizaram R\$ 50,0 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 24,3 milhões em LTN com vencimentos em outubro de 2005, janeiro, abril e julho de 2006 e janeiro de 2007; ii) R\$ 17,0 milhões em LFT com vencimentos em janeiro de 2006 e 2007; iii) R\$ 5,7 milhões em NTN-C, com vencimentos em março de 2011, julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; iv) R\$ 1,9

milhão em NTN-B com vencimentos em março de 2009, 2015 e 2045 e agosto de 2006 e 2024; e v) R\$ 1,1 milhão em NTN-F com vencimento em janeiro de 2008.

Dos R\$ 28,5 bilhões em títulos resgatados ao longo de fevereiro, R\$ 23,0 bilhões corresponderam ao pagamento de principal e juros e R\$ 5,4 bilhões foram referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 5,3 bilhões em LFT aceitas no leilão de troca de LFT; ii) R\$ 46,3 milhões em NTN-C e R\$ 13,8 milhões em LFT, ambas aceitas no leilão de NTN-C; e iii) R\$ 17,7 milhões em LFT e R\$ 16,2 milhões em títulos da dívida securitizada, ambos aceitos no leilão de NTN-B.

### **Boxe 3 – Títulos Indexados a Índices de Preços**

O Tesouro Nacional realizou, no mês de fevereiro, leilões de Notas do Tesouro Nacional – série B (NTN-B), remuneradas pelo IPCA, e Notas do Tesouro Nacional – série C (NTN-C), remuneradas pelo IGP-M, visando fortalecer o mercado de títulos públicos remunerados por índices de preços.

O leilão de NTN-B ocorreu nos dias 11 e 14 de fevereiro, com liquidação financeira em 15 de fevereiro. O montante vendido foi de aproximadamente R\$ 108,5 milhões, tendo sido recebidos R\$ 81,3 milhões em dinheiro (74,9%) e R\$ 27,2 milhões em troca por outros títulos (25,1%). Os títulos com vencimento em 2045 foram os que apresentaram maior participação, representando 52,1% do total vendido.

Os títulos com vencimento em 2006 foram vendidos à taxa de 10,5% a.a., os que vencem em 2009 à taxa de 9,2% a.a., em 2015 com taxa de 8,75%, enquanto os títulos com vencimentos em 2024 e 2045 foram vendidos às taxas de 8,80% a.a. e 9,09% a.a., respectivamente.

No que tange às NTN-C, o montante negociado foi de R\$ 365,7 milhões nos leilões realizados nos dias 28 e 31 de janeiro, com liquidação financeira para o dia 1º de fevereiro de 2005. Desse montante, R\$ 306,5 milhões corresponderam à parcela recebida em dinheiro (83,8%), e R\$ 59,2 milhões, à parcela recebida em títulos (16,2%).

Os títulos com vencimento em 2031 representaram 70,8% do total vendido, saindo à taxa de 8,30% a.a., a mesma observada para as NTN-C com vencimento em 2017 e 2021.

## **Composição**

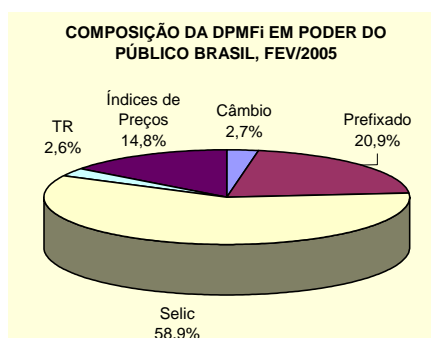
Em relação à composição da DPMFi, observou-se: i) aumento na participação dos títulos prefixados em 1,86 ponto percentual, devido à emissão líquida de LTN e NTN-F nos montantes de R\$ 7,8 bilhões e R\$ 851,4 milhões, respectivamente; ii) redução na participação de títulos remunerados pela taxa Selic em 1,22 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT no valor de R\$ 4,1 bilhões; iii) redução em 0,29 ponto percentual dos títulos indexados ao câmbio, devido ao resgate líquido de NTN-D no valor de R\$ 1,7 bilhão; e iv) redução de 0,29 ponto percentual dos títulos remunerados por índices de preços, devido ao resgate líquido de NTN-B de R\$ 426,5 milhões.



**TABELA 7**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE\***  
**BRASIL, 2004/2005** (%)

INDEXADOR	2004		2005
	FEV	JAN	FEV
Selic	62,98	60,13	58,91
Câmbio	6,22	2,97	2,68
Prefixados	14,30	19,07	20,93
Índices de Preços	14,70	15,13	14,84
TR	1,79	2,69	2,64

\* Não inclui dívida agrícola.



Os títulos prefixados tiveram sua participação na DPMFi aumentada em 1,86 ponto percentual, enquanto que os papéis remunerados pela taxa Selic e cambial reduziram-se em 1,22 e 0,29 ponto percentual, respectivamente.

O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou em função do aumento da Selic no mês. Incluindo-se os títulos cambiais, este custo aumentou de 16,05% a.a., em janeiro, para 16,51% a.a., em fevereiro, apesar da valorização do câmbio. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 16,93% a.a., em janeiro, para 17,34% a.a., em fevereiro.

### Custo Médio

**TABELA 8**  
**CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2000/2005** (% anual)

PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	21,00	27,62
2003	22,91	18,41
2004	Fev	17,66
	Mar	17,36
	Abr	17,61
	Mai	17,13
	Jun	17,43
	Jul	17,57
	Ago	17,24
	Set	16,22
	Out	15,29
	Nov	17,49
	Dez	17,37
	2004	17,17
2005	Jan	16,93
	Fev	17,34

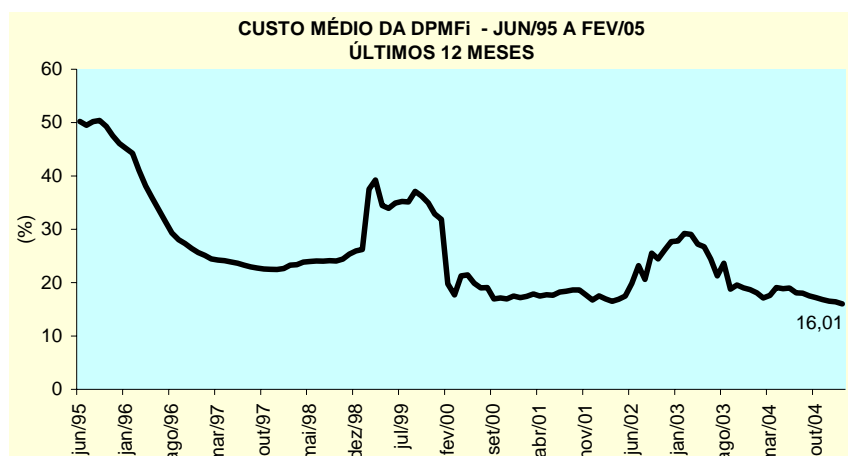
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio anualizado da DPMFi em poder do público passou de 16,05%, em janeiro, para 16,51%, em fevereiro.

O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses apresentou diminuição, passando de 16,38% a.a., em janeiro, para 16,01% a.a., em fevereiro. Este decréscimo ocorreu, principalmente, pelo fato de a variação do IGP-M de fevereiro de 2005 ter sido inferior à de fevereiro de 2004 (0,30% contra 0,69%).

O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses atingiu 16,01% em fevereiro, menor percentual de toda a série histórica, iniciada em junho de 1995.



## Prazo Médio

Em fevereiro, o prazo médio das NTN-D apresentou aumento de 3,44 meses, em decorrência do resgate de R\$ 1,7 bilhão desses títulos de curto prazo. Destaca-se também, o aumento do prazo médio de emissão das LFT para 30,68 meses, superior ao prazo médio do seu estoque em janeiro (17,84 meses). O prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou redução de 0,41 mês (28,32 meses, em fevereiro contra 28,73 meses em janeiro), tendo em vista que a aproximação das datas de vencimentos dos títulos em circulação mais que compensou os efeitos dos fatores mencionados.

**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL  
EM PODER DO PÚBLICO  
BRASIL, 2004/2005**

TÍTULOS	Meses		
	2004 FEV	2005 JAN	2005 FEV
LTN	7,02	5,79	5,62
LFT	21,99	17,84	18,06
NTN-B	112,29	104,41	105,23
NTN-C	68,72	68,73	68,15
NTN-D	13,00	16,06	19,49
TDA	60,90	64,86	65,80
Dívida Securitizada*	58,48	78,77	78,13
Demais	104,68	95,20	92,97
<b>TOTAL</b>	<b>31,47</b>	<b>28,73</b>	<b>28,32</b>

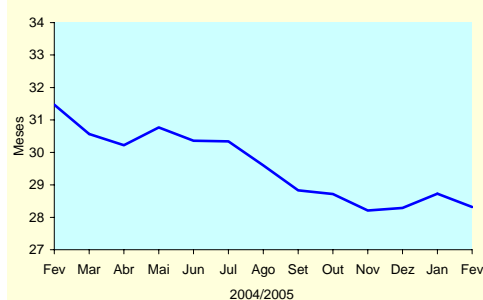
(\*) Inclui dívida agrícola.

**TABELA 9  
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL  
EM PODER DO PÚBLICO  
BRASIL, 2004/2005**

PERÍODO	Meses	
	TOTAL	OF. PUB. (1)
<b>2004</b>		
Fev	31,47	24,17
Mar	30,57	23,37
Abr	30,22	22,69
Mai	30,77	23,57
Jun	30,36	23,24
Jul	30,34	23,23
Ago	29,60	22,42
Set	28,83	21,60
Out	28,72	21,65
Nov	28,21	21,18
Dez	28,29	20,69
<b>2005</b>		
Jan	28,73	21,41
Fev	28,32	21,26

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL  
EM PODER DO PÚBLICO**



## Dívida Externa Líquida

No mês de fevereiro de 2005, o estoque da dívida externa líquida, medido em dólares, aumentou em 2,79%, em decorrência, principalmente, das emissões soberanas do *Euro 2015* (EUR 500 milhões) e do *Global 2025* (USD 1,25 bilhão). O estoque medido em moeda nacional aumentou em apenas 1,63% (R\$ 3,2 bilhões), devido à apreciação cambial do real frente ao dólar (1,14%).

**TABELA 10**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2004/2005**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004 FEV	2005 JAN	2005 FEV
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>177.163</b>	<b>157.408</b>	<b>160.961</b>
Bônus de Renegociação	47.722	37.930	37.500
Bônus de Captação	129.441	119.478	123.461
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>52.365</b>	<b>41.961</b>	<b>41.499</b>
Organismos Multilaterais	28.795	24.307	23.997
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.336	8.309	8.193
Clube de Paris	14.234	9.344	9.309
<b>DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)</b>	<b>229.528</b>	<b>199.368</b>	<b>202.459</b>
<b>III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.867</b>	<b>-3.798</b>	<b>-3.697</b>
<b>IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-371</b>	<b>-442</b>	<b>-461</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)</b>	<b>225.290</b>	<b>195.129</b>	<b>198.301</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>14,3%</b>	<b>11,0%</b>	<b>11,0%</b>

*A dívida externa líquida expressa em reais aumentou R\$ 3,2 bilhões, em virtude das emissões do Euro 2015 e do Global 2025. Em percentagem do PIB, o saldo permaneceu em 11,0%.*

O serviço da DPFe, em fevereiro, totalizou R\$ 1,7 bilhão, dos quais R\$ 1,5 bilhão refere-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 197,9 milhões ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 1,4 bilhão) referiu-se ao pagamento de juros e encargos da dívida mobiliária, e o restante à dívida contratual.

**TABELA 11**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)**  
**BRASIL, FEV/2005**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
<b>I. ENCARGOS TOTAIS<sup>1</sup></b>	<b>197,9</b>	<b>1.491,3</b>	<b>1.689,2</b>
I.1. Organismos Multilaterais	115,9	78,1	194,0
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	82,0	9,1	91,1
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	1.404,1	1.404,1
EURO 2010	0,0	284,5	284,5
EURO 2015	0,0	25,7	25,7
GLOBAL 2011	0,0	164,4	164,4
GLOBAL 2025	0,0	55,6	55,6
GLOBAL 2040	0,0	733,0	733,0
ROTHSCHILD (DL6019)	0,0	0,0	0,0
EURO MARCO 2007	0,0	140,8	140,8
NOVAS CAPTAÇÕES	0,0	0,1	0,1

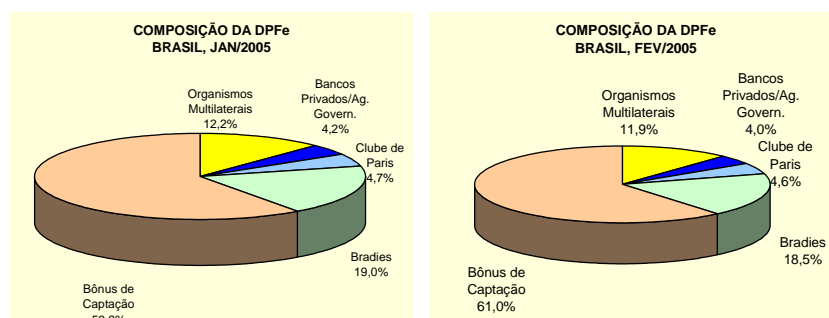
(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

*As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,7 bilhão no mês.*

Em relação à composição da DPFe, destaca-se o aumento da participação dos Bônus de Captação em 1,05 ponto percentual, decorrente das emissões do *Euro 2015* e do *Global 2025*, anteriormente citadas.

## **Composição**

As emissões do Euro 2015 e do Global 2025 resultaram em aumento da participação dos títulos de captação no conjunto da DPFe.



### Prazo e Custo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa manteve-se estável em relação a janeiro, permanecendo em 5,87 anos. Este comportamento decorreu das novas captações que compensaram a aproximação das datas de vencimento dos títulos antigos. O custo médio, em dólares, no mês de fevereiro sofreu uma pequena redução em relação a janeiro, passando de 9,07 para 9,06 ao ano.

**TABELA 12**  
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA  
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005	
	FEV	JAN	FEV	JAN
<b>PRAZO MÉDIO (ANOS)</b>	<b>6,01</b>	<b>5,87</b>	<b>5,87</b>	<b>5,87</b>
Bônus de Renegociação	5,50	5,43	5,35	5,35
Bônus de Captação	6,19	6,01	6,02	6,02
Globais	7,04	7,03	7,06	7,06
Euros	3,38	3,06	3,17	3,17
Demais	2,80	1,97	1,93	1,93
<b>CUSTO MÉDIO (% a.a.) *</b>	<b>8,94</b>	<b>9,07</b>	<b>9,06</b>	<b>9,06</b>
Bônus de Renegociação	4,87	5,47	5,47	5,47
Bônus de Captação	10,45	10,22	10,15	10,15
Globais	10,79	10,59	10,53	10,53
Euros	10,28	9,95	9,76	9,76
Demais	6,06	6,06	6,08	6,08

\* Custo Médio em dólares.

Em relação ao mês anterior, o custo e o prazo médio da dívida pública mobiliária externa permaneceram estáveis em fevereiro.

#### Boxe 4 – Brasil emite *Global* de 10 anos

No dia 28 de fevereiro, a República promoveu nova captação de recursos no exterior através da emissão de um *Global* com vencimento em 2015. O volume captado chegou a USD 1,0 bilhão, tendo sido a segunda maior emissão do ano, atrás somente da emissão do *Global 2025* (USD 1,25 bilhão).

O título, que pagará cupom semestral de 7,875% a.a., foi emitido ao preço de 99,829% do seu valor de face, resultando, assim, em rentabilidade ao investidor de 7,90% a.a.. O *spread* ficou 353 pontos base acima do título de referência do Tesouro Americano com vencimento em fevereiro de 2015.

Destaca-se que a taxa da emissão foi a mais baixa nas operações externas em dólares desde o retorno do País ao mercado internacional, após o *Plano Brady*. Já o *spread* sobre o título de referência, em comparação com os demais Globais emitidos, foi o menor desde 1996. Ambos refletem o momento favorável de aceitação dos títulos brasileiros no mercado internacional.

Com esta colocação, alcança-se, aproximadamente, 73,3% (USD 4,4 bilhões) das emissões previstas para o ano, restando USD 1,6 bilhão para completar o total programado para 2005 (de até USD 6,0 bilhões).

# Anexos

## **a) Lista de Abreviaturas**

### **b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

### **c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

**Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### **d) Outras Informações**

**Tabela A9** – Custeio em 2004 por órgão

**Tabela A10** – Investimento em 2004 por órgão

### **e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios**

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

---

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TR – Taxa Referencial

**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Fev/2004	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2005
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>31.615,2</b>	<b>33.132,2</b>	<b>35.055,0</b>	<b>33.120,8</b>	<b>33.621,4</b>	<b>35.130,5</b>	<b>33.812,2</b>	<b>34.807,5</b>	<b>36.281,2</b>	<b>34.076,2</b>	<b>48.154,4</b>	<b>41.415,3</b>	<b>35.295,2</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>24.412,8</b>	<b>25.889,5</b>	<b>27.765,5</b>	<b>25.757,9</b>	<b>25.622,7</b>	<b>27.527,5</b>	<b>26.134,9</b>	<b>27.246,3</b>	<b>28.410,2</b>	<b>26.258,7</b>	<b>34.703,0</b>	<b>33.303,1</b>	<b>27.763,6</b>
I.1.1 Receita Bruta	24.742,3	26.641,9	28.448,6	26.628,2	28.026,6	29.433,9	27.675,9	28.226,2	30.355,4	27.428,5	35.274,6	33.667,1	28.200,6
- Impostos	10.258,4	11.241,0	12.559,4	10.134,3	11.116,4	12.033,3	10.961,8	11.620,0	11.953,6	10.300,5	15.837,6	13.664,9	10.986,8
- Contribuições	11.500,7	12.228,4	12.549,2	13.339,6	14.196,6	13.554,7	13.608,9	13.934,3	14.173,2	13.363,2	15.028,6	15.897,5	13.638,2
- Demais	2.983,2	3.172,4	3.339,9	3.154,3	2.713,6	3.845,9	3.105,2	2.671,8	4.228,6	3.764,8	4.408,5	4.104,7	3.575,7
I.1.2. (-) Restituições	-329,5	-752,4	-683,1	-870,3	-2.403,9	-1.906,4	-1.541,0	-979,9	-1.945,2	-1.169,8	-571,6	-364,0	-437,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>7.112,8</b>	<b>7.138,2</b>	<b>7.198,2</b>	<b>7.275,8</b>	<b>7.899,9</b>	<b>7.509,3</b>	<b>7.583,4</b>	<b>7.439,5</b>	<b>7.758,7</b>	<b>7.680,8</b>	<b>13.318,7</b>	<b>8.047,0</b>	<b>7.377,2</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>89,6</b>	<b>104,5</b>	<b>91,2</b>	<b>87,0</b>	<b>98,7</b>	<b>93,7</b>	<b>94,0</b>	<b>121,7</b>	<b>112,2</b>	<b>136,8</b>	<b>132,7</b>	<b>65,2</b>	<b>154,4</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>6.220,1</b>	<b>4.930,8</b>	<b>5.430,1</b>	<b>6.602,3</b>	<b>4.210,9</b>	<b>5.316,6</b>	<b>6.033,5</b>	<b>5.063,6</b>	<b>5.704,0</b>	<b>6.220,5</b>	<b>6.342,8</b>	<b>7.396,1</b>	<b>6.699,0</b>
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	4.843,3	3.938,9	4.357,9	5.041,6	3.331,5	3.470,2	4.467,5	3.887,3	4.156,0	4.141,5	5.069,4	5.685,6	4.972,1
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (1)	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	808,3	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	358,3	361,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	404,2	1,1	8,7	254,8	2,6	3,2	434,5	0,0	0,0	465,5	0,0
II.4. Demais	1.093,5	708,6	384,8	1.276,2	587,3	783,2	1.205,1	814,7	755,1	1.720,6	919,3	886,7	1.365,4
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>25.395,1</b>	<b>28.201,4</b>	<b>29.624,8</b>	<b>26.518,5</b>	<b>29.410,5</b>	<b>29.813,9</b>	<b>27.778,7</b>	<b>29.743,9</b>	<b>30.577,2</b>	<b>27.855,7</b>	<b>41.811,6</b>	<b>34.019,2</b>	<b>28.596,1</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>21.151,8</b>	<b>22.048,4</b>	<b>22.500,9</b>	<b>22.788,0</b>	<b>23.765,5</b>	<b>26.224,7</b>	<b>24.357,9</b>	<b>25.127,2</b>	<b>25.877,7</b>	<b>26.135,2</b>	<b>44.565,7</b>	<b>25.675,4</b>	<b>25.953,0</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>6.417,0</b>	<b>6.625,1</b>	<b>6.076,9</b>	<b>6.322,1</b>	<b>6.888,8</b>	<b>7.913,6</b>	<b>6.576,0</b>	<b>7.067,8</b>	<b>7.119,6</b>	<b>8.106,9</b>	<b>11.008,8</b>	<b>8.171,3</b>	<b>7.372,1</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>9.090,1</b>	<b>8.628,4</b>	<b>9.286,5</b>	<b>9.418,9</b>	<b>9.940,1</b>	<b>9.920,1</b>	<b>10.154,0</b>	<b>10.077,7</b>	<b>10.314,1</b>	<b>10.141,8</b>	<b>19.922,2</b>	<b>10.497,6</b>	<b>11.169,3</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>5.471,6</b>	<b>6.644,6</b>	<b>6.992,9</b>	<b>6.888,2</b>	<b>6.759,9</b>	<b>8.231,9</b>	<b>7.459,1</b>	<b>7.791,1</b>	<b>8.248,0</b>	<b>7.669,3</b>	<b>13.290,0</b>	<b>6.915,3</b>	<b>7.190,5</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	616,3	660,0	598,0	809,1	648,3	1.193,6	1.007,4	1.057,3	979,7	608,7	1.098,3	615,1	500,8
- Abono e Seguro Desemprego	593,1	620,3	569,6	780,6	621,4	1.159,3	962,0	1.015,5	946,1	579,3	1.022,5	611,5	477,1
- Demais Despesas do FAT	23,2	39,6	28,4	28,5	26,9	34,3	45,3	41,8	33,5	29,4	75,7	3,6	23,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	338,1	436,5	204,6	313,6	21,7	378,9	518,3	327,4	324,8	452,7	2.066,5	129,6	1.161,9
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (3)	601,1	531,0	592,5	601,8	652,8	660,0	667,8	673,4	679,8	686,5	661,9	617,5	692,1
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.916,1	5.017,2	5.597,8	5.163,7	5.437,1	5.999,4	5.265,6	5.733,1	6.263,7	5.921,4	9.463,3	5.553,0	4.835,7
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>48,0</b>	<b>49,6</b>	<b>48,1</b>	<b>45,8</b>	<b>50,9</b>	<b>47,3</b>	<b>45,4</b>	<b>58,9</b>	<b>63,7</b>	<b>54,6</b>	<b>72,7</b>	<b>8,6</b>	<b>105,6</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>125,2</b>	<b>100,6</b>	<b>96,4</b>	<b>113,1</b>	<b>125,7</b>	<b>111,8</b>	<b>123,5</b>	<b>131,7</b>	<b>132,3</b>	<b>162,6</b>	<b>271,9</b>	<b>82,5</b>	<b>115,5</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>4.243,3</b>	<b>6.153,0</b>	<b>7.124,0</b>	<b>3.730,4</b>	<b>5.645,1</b>	<b>3.589,2</b>	<b>3.420,8</b>	<b>4.616,7</b>	<b>4.699,5</b>	<b>1.720,5</b>	<b>-2.754,1</b>	<b>8.343,8</b>	<b>2.643,1</b>
V.1. Tesouro Nacional	6.256,1	7.639,3	9.217,4	5.899,6	7.712,2	6.018,1	6.020,9	7.264,8	7.275,0	4.207,4	3.988,7	10.811,7	6.396,3
V.2. Previdência Social (RGPS) (4)	-1.977,3	-1.490,2	-2.088,3	-2.143,1	-2.040,2	-2.410,8	-2.570,6	-2.638,1	-2.555,3	-2.461,1	-6.603,5	-2.450,6	-3.792,1
V.3. Banco Central (5)	-35,6	3,9	-5,2	-26,1	-27,0	-18,1	-29,5	-10,0	-20,1	-25,8	-139,3	-17,3	38,9
<b>VI. AJUSTE METODOLÓGICO (6)</b>	<b>174,0</b>	<b>354,4</b>	<b>464,0</b>	<b>395,4</b>	<b>307,3</b>	<b>365,5</b>	<b>228,0</b>	<b>285,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>128,6</b>	<b>167,4</b>
<b>VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>421,0</b>	<b>-545,5</b>	<b>-26,7</b>	<b>566,3</b>	<b>-598,3</b>	<b>92,5</b>	<b>117,4</b>	<b>-799,0</b>	<b>815,6</b>	<b>756,4</b>	<b>-355,4</b>	<b>34,6</b>	<b>nd</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (7)</b>	<b>4.838,3</b>	<b>5.961,9</b>	<b>7.561,3</b>	<b>4.692,2</b>	<b>5.354,0</b>	<b>4.047,2</b>	<b>3.766,2</b>	<b>4.103,0</b>	<b>5.515,1</b>	<b>2.476,9</b>	<b>-3.109,5</b>	<b>8.507,0</b>	<b>nd</b>
<b>IX. JUROS NOMINAIS (7)</b>	<b>-5.687,3</b>	<b>-5.759,4</b>	<b>-6.874,3</b>	<b>-9.548,8</b>	<b>-5.023,5</b>	<b>-4.775,3</b>	<b>-5.818,6</b>	<b>-4.160,4</b>	<b>-8.657,4</b>	<b>-5.153,0</b>	<b>-5.535,7</b>	<b>-9.357,9</b>	<b>nd</b>
<b>X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (7)</b>	<b>-848,9</b>	<b>202,5</b>	<b>687,0</b>	<b>-4.856,6</b>	<b>330,5</b>	<b>-728,1</b>	<b>-2.052,4</b>	<b>-57,4</b>	<b>-3.142,3</b>	<b>-2.676,1</b>	<b>-8.645,2</b>	<b>-850,9</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
RMV em R\$ mi	144,4	142,0	142,0	140,2	151,1	146,1	149,9	148,6	147,3	145,9	86,4	143,6	140,9

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) A partir de janeiro de 2004 as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

(2) Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(4) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(5) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(6) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(7) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

**TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (\*)**

R\$ milhões

	Fev/2004	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2005
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>33.315,9</b>	<b>34.365,2</b>	<b>35.478,1</b>	<b>36.923,5</b>	<b>33.549,2</b>	<b>34.435,2</b>	<b>36.810,4</b>	<b>35.683,2</b>	<b>35.171,2</b>	<b>38.351,0</b>	<b>54.023,2</b>	<b>33.265,6</b>	<b>38.031,4</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	24.241,0	24.941,2	25.378,3	27.451,9	23.259,5	24.675,7	27.259,0	26.093,7	24.791,7	28.640,0	37.104,5	22.199,2	28.163,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.066,6	1.340,3	1.959,6	1.144,7	1.148,5	1.185,9	1.061,6	1.119,4	1.502,6	1.038,9	1.969,7	1.550,7	1.262,8
I.4 - Receita das Operações de Crédito	193,9	237,5	242,9	264,2	166,6	243,4	90,8	103,5	121,8	114,1	385,2	249,7	162,3
I.5 - Receita do Salário Educação	147,5	184,5	176,7	168,2	179,7	181,8	191,8	172,4	189,0	196,5	357,4	171,3	385,2
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	7.664,8	7.659,4	7.717,8	7.891,8	8.792,0	8.137,1	8.197,4	8.192,3	8.558,0	8.329,5	14.194,6	9.077,6	8.057,4
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	2,2	2,3	2,9	2,6	2,9	11,3	9,8	1,9	8,0	32,0	11,8	17,0	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>27.270,7</b>	<b>33.864,9</b>	<b>28.561,7</b>	<b>35.197,4</b>	<b>29.854,3</b>	<b>34.151,0</b>	<b>34.953,0</b>	<b>35.634,9</b>	<b>36.897,3</b>	<b>44.256,0</b>	<b>43.653,7</b>	<b>35.729,7</b>	<b>37.990,3</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>7.547,0</b>	<b>5.883,3</b>	<b>6.763,1</b>	<b>6.742,2</b>	<b>5.478,7</b>	<b>6.626,9</b>	<b>7.555,8</b>	<b>6.153,1</b>	<b>7.072,5</b>	<b>7.354,3</b>	<b>7.239,3</b>	<b>8.897,6</b>	<b>8.671,2</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	5.162,6	4.197,3	4.642,6	5.373,2	3.546,7	3.694,0	4.758,7	4.139,5	4.425,9	4.410,5	5.401,4	6.058,9	5.298,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	865,8	308,5	695,3	913,7	325,9	627,3	998,2	380,3	932,0	1.242,6	501,2	808,2	1.149,7
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	808,3	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	396,1	361,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.235,3	1.094,1	1.141,9	1.72,0	1.322,7	1.497,3	1.440,7	1.275,0	1.356,3	1.342,9	982,6	1.634,3	1.861,0
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>19.723,6</b>	<b>27.981,6</b>	<b>21.798,7</b>	<b>28.455,2</b>	<b>24.375,7</b>	<b>27.524,0</b>	<b>27.397,1</b>	<b>29.481,8</b>	<b>29.824,8</b>	<b>36.901,6</b>	<b>36.414,3</b>	<b>26.832,1</b>	<b>29.319,2</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.516,0	6.312,5	6.205,5	6.661,1	7.946,1	6.482,3	6.938,0	7.121,8	6.931,3	10.240,1	9.342,6	8.540,0	7.215,4
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	212,3	269,1	146,3	381,1	409,7	2.279,0	1.168,4	1.018,5	3.498,5	1.859,1	1.138,0	1.664,7	1.665,0
i) Dívida Contratual Interna	121,2	115,8	129,1	101,7	109,4	111,3	108,0	109,4	229,0	90,6	424,1	102,7	114,2
ii) Dívida Contratual Externa	91,1	153,3	17,2	279,4	300,2	2.167,7	1.060,4	909,1	3.269,5	1.768,5	714,0	1.562,0	1.550,8
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.203,3	3.434,3	617,3	6.076,8	239,6	2.328,3	3.209,4	2.513,9	3.769,4	4.307,9	1.320,6	2.705,0	4.096,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	6.509,8	12.167,8	8.184,0	9.600,1	9.674,4	9.503,1	9.796,6	9.997,3	9.930,1	13.775,2	15.762,4	10.359,5	10.900,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	4.978,7	5.580,4	6.486,7	5.531,4	5.878,8	6.500,8	5.862,1	8.531,8	5.341,0	5.610,1	8.142,4	3.444,7	4.920,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	303,5	217,6	158,9	204,6	227,1	430,5	422,5	298,6	354,5	1.109,2	708,2	118,3	521,8
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>6.045,2</b>	<b>500,3</b>	<b>6.916,4</b>	<b>1.726,1</b>	<b>3.694,9</b>	<b>284,3</b>	<b>1.857,4</b>	<b>48,3</b>	<b>-1.726,2</b>	<b>-5.904,9</b>	<b>10.369,5</b>	<b>-2.464,1</b>	<b>41,0</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>10.709,0</b>	<b>19.240,8</b>	<b>24.014,6</b>	<b>8.483,0</b>	<b>23.869,0</b>	<b>30.017,8</b>	<b>19.299,8</b>	<b>23.279,7</b>	<b>3.801,9</b>	<b>33.070,1</b>	<b>33.698,5</b>	<b>74.553,6</b>	<b>31.202,4</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	9.662,3	18.381,9	21.604,6	7.342,8	23.065,4	28.433,9	18.156,8	22.511,2	2.879,8	31.238,4	32.267,7	73.292,8	29.956,2
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.046,7	858,9	2.410,0	1.140,1	803,6	1.583,8	1.143,0	768,5	922,1	1.831,7	1.430,7	1.260,8	1.246,2
<b>V. DESPESAS</b>	<b>8.920,2</b>	<b>25.347,6</b>	<b>3.856,8</b>	<b>34.332,8</b>	<b>20.161,4</b>	<b>29.375,9</b>	<b>18.959,5</b>	<b>15.495,1</b>	<b>36.764,6</b>	<b>28.017,8</b>	<b>21.253,6</b>	<b>37.336,1</b>	<b>22.331,2</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	9.693,7	24.969,7	2.956,7	33.879,2	16.658,9	27.213,4	18.010,9	13.380,6	32.328,6	25.183,8	20.456,9	35.771,7	22.139,6
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	9.587,3	24.861,6	2.821,5	33.781,9	16.541,1	27.126,6	17.918,1	13.285,5	31.978,5	25.100,7	20.099,8	35.680,0	22.038,9
V.1.2 - Dívida Contratual	106,3	108,1	135,2	97,3	117,9	86,8	92,7	95,1	350,1	83,1	357,1	91,7	100,7
V.2 - Amortização da Dívida Externa	-773,5	377,9	900,2	453,6	3.502,4	2.162,5	948,7	2.114,5	4.436,0	2.834,0	796,7	1.564,4	191,6
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>75,0</b>	<b>-6.479,7</b>	<b>18.783,1</b>	<b>-26.439,1</b>	<b>6.524,3</b>	<b>1.307,3</b>	<b>238,7</b>	<b>9.225,7</b>	<b>-29.098,7</b>	<b>6.137,7</b>	<b>12.167,9</b>	<b>37.612,8</b>	<b>7.917,3</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>12.296,6</b>	<b>-17.540,6</b>	<b>12.012,7</b>	<b>5.058,0</b>	<b>6.394,9</b>	<b>-2.478,1</b>	<b>-19,6</b>	<b>450,4</b>	<b>675,0</b>	<b>-1.741,6</b>	<b>560,8</b>	<b>-1.018,6</b>	<b>-649,4</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>20.130,7</b>	<b>-23.147,2</b>	<b>39.086,8</b>	<b>-19.065,8</b>	<b>13.797,4</b>	<b>-1.552,0</b>	<b>2.178,1</b>	<b>8.283,3</b>	<b>-34.013,9</b>	<b>-2.594,2</b>	<b>23.375,3</b>	<b>33.734,8</b>	<b>8.262,8</b>

(\*) Critério Liberação. Dados revistos, sujeitos a alteração.



**TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Fev/2004	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2005
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>12.565,3</b>	<b>16.059,6</b>	<b>20.072,7</b>	<b>20.108,0</b>	<b>7.209,2</b>	<b>28.826,9</b>	<b>5.645,4</b>	<b>10.750,4</b>	<b>28.569,3</b>	<b>13.770,4</b>	<b>4.570,3</b>	<b>38.081,4</b>	<b>4.430,6</b>
I.1. Emissão de Títulos	4.522,7	14.832,1	18.260,7	15.695,3	6.324,7	27.832,0	4.267,7	7.403,3	27.034,7	12.775,3	3.399,6	35.965,9	3.499,7
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.342,4	1.103,8	1.623,0	3.987,4	736,4	890,6	1.233,4	766,4	1.364,0	880,3	1.116,5	1.984,3	895,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	198,6	123,7	189,0	425,3	148,1	104,2	144,2	84,8	170,7	114,8	54,2	131,2	35,6
I.4. Resultado do Banco Central	5.501,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.495,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>268,6</b>	<b>33.600,2</b>	<b>8.060,0</b>	<b>15.050,0</b>	<b>814,3</b>	<b>31.305,0</b>	<b>5.665,0</b>	<b>10.300,0</b>	<b>27.894,3</b>	<b>15.511,9</b>	<b>4.009,5</b>	<b>39.100,0</b>	<b>5.080,1</b>
II.1. Resgate de Títulos	-605,2	30.208,5	7.600,0	12.800,0	0,1	27.620,0	4.215,0	8.885,8	25.093,9	13.350,0	2.789,5	36.150,0	3.523,9
II.2. Encargos da DPMF	873,9	3.391,7	460,0	2.250,0	814,2	3.685,0	1.450,0	1.414,2	2.800,4	2.161,9	1.220,0	2.950,0	1.556,1
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>12.296,6</b>	<b>-17.540,6</b>	<b>12.012,7</b>	<b>5.058,0</b>	<b>6.394,9</b>	<b>-2.478,1</b>	<b>-19,6</b>	<b>450,4</b>	<b>675,0</b>	<b>-1.741,6</b>	<b>560,8</b>	<b>-1.018,6</b>	<b>-649,4</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (\*)

R\$ milhões

	Fev/2004	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2005
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	10,3	6,6	11,5	6,3	9,4	9,9	7,6	6,7	11,2	10,3	8,1	1,3	32,1
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	173,5	1,9	0,0	0,0	0,0	16,2	133,1	0,0	0,0	0,7	21,7	0,0	26,3
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	-4,5	157,1	-94,4	-51,1	-105,4	17,2	7,1	7,8	13,5	115,1	156,9	80,0	101,0
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,6	0,3	0,3	0,0	0,0	0,2	0,0	0,3	0,2	1,2	0,1	0,0	0,4
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	0,0	156,9	-94,7	-51,1	-98,6	16,9	7,1	7,3	13,3	112,7	146,6	78,0	90,3
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	-5,1	0,0	0,0	0,0	-6,8	0,0	0,0	0,2	0,0	1,2	10,2	2,0	10,3
<b>IV. PRONAF</b>	80,9	46,9	89,5	57,5	83,2	119,0	94,1	53,0	30,6	89,5	280,3	-28,2	70,8
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	21,2	20,0	21,2	19,3	21,0	78,9	73,2	20,9	25,9	28,7	254,5	6,8	38,4
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	59,7	26,9	68,3	38,2	62,2	40,1	20,9	32,1	4,7	60,8	25,8	-35,1	32,5
<b>V. PROEX</b>	-75,6	70,0	-4,6	11,4	33,9	73,9	100,5	132,8	36,2	45,1	132,6	3,3	225,0
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	49,2	8,6	58,0	13,4	73,7	27,2	54,4	15,4	13,1	160,4	0,0	187,5
V.2. Concessão de Financiamento (1)	-75,6	20,7	-13,2	-46,7	20,4	0,2	73,3	78,4	20,8	32,0	-27,9	3,3	37,5
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	36,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	99,4	0,0	0,0
<b>VII. CACAU</b>	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	45,3	35,2	54,7	63,1	10,2	53,2	61,9	10,4	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	129,2	3,5	1.109,1	0,0	0,0
<b>X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)</b>	7,7	-0,4	38,4	-9,4	7,6	14,1	0,6	9,8	57,1	62,4	68,5	7,4	9,5
<b>XII. TOTAL</b>	237,5	317,3	95,0	78,4	75,1	303,4	405,0	221,1	277,9	326,6	1.876,6	63,8	468,7

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

R\$ milhões

	Fev/2004	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2005
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>168.650,4</b>	<b>182.192,5</b>	<b>186.629,8</b>	<b>162.566,8</b>	<b>165.496,2</b>	<b>160.393,7</b>	<b>164.750,6</b>	<b>171.829,8</b>	<b>174.469,1</b>	<b>182.553,0</b>	<b>210.248,7</b>	<b>212.907,9</b>	<b>233.438,1</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	714.575,0	734.065,4	744.454,4	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5
Dívida Bancária	25.609,6	25.541,6	25.510,7	25.494,5	25.470,7	25.465,9	25.442,0	25.415,9	25.402,9	25.370,6	25.090,2	25.069,9	25.046,7
INSS	-15.470,8	-15.637,9	-15.783,3	-15.964,9	-16.197,9	-16.406,9	-16.593,9	-16.811,3	-16.892,0	-16.981,5	-17.120,8	-17.209,8	-17.266,6
Lei 7.976/89	-9.654,4	-9.609,4	-9.422,8	-9.698,8	-9.339,8	-9.094,7	-8.819,6	-8.570,7	-8.565,3	-8.191,1	-7.731,7	-7.547,2	-7.438,6
Bônus Renegociação	-19.808,6	-19.660,9	-18.850,3	-20.034,3	-19.667,6	-19.107,9	-18.595,0	-18.126,7	-17.650,3	-16.887,6	-16.223,1	-15.981,5	-15.777,1
Lei 8.727/93	-47.771,9	-47.684,4	-47.700,2	-47.765,6	-47.823,3	-47.911,6	-47.959,0	-48.014,4	-48.040,4	-48.041,9	-48.043,8	-48.064,9	-48.070,3
Lei 9.496/97	-215.602,8	-218.539,4	-220.618,8	-223.561,6	-227.213,1	-230.668,9	-233.701,8	-237.054,4	-237.968,3	-239.836,1	-242.218,8	-242.599,7	-243.887,9
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-31.463,3	-31.882,5	-32.250,8	-32.698,2	-33.249,1	-33.833,8	-34.364,1	-34.893,8	-35.245,0	-35.496,7	-36.180,0	-36.336,7	-36.533,4
Recebíveis das Estatais	-33.675,7	-34.171,6	-35.361,9	-35.901,4	-36.169,0	-35.738,4	-36.256,1	-37.308,8	-37.036,3	-37.014,0	-37.213,7	-37.632,4	-37.739,7
Outros	-44.045,1	-44.332,3	-44.416,3	-44.470,4	-44.754,3	-45.063,9	-44.924,3	-44.431,1	-44.500,4	-44.658,8	-45.457,9	-45.586,9	-45.174,8
Fat	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4
Demais Entidades	-41.102,4	-41.873,3	-42.201,9	-42.870,8	-43.553,9	-44.165,6	-44.657,8	-45.108,4	-45.778,9	-46.300,3	-47.226,3	-47.094,0	-47.680,2
Créditos das Operações Oficiais	-13.745,7	-13.531,8	-13.649,3	-13.928,3	-13.893,6	-13.721,5	-13.561,0	-13.852,6	-13.215,4	-13.920,6	-13.714,6	-13.462,4	-13.454,6
Arrecadação a Recolher	-6.619,6	-6.182,9	-7.756,6	-4.466,8	-5.725,0	-7.576,0	-6.057,8	-5.565,6	-8.292,0	-6.088,0	-176,0	-10.523,0	-6.820,4
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>225.289,6</b>	<b>224.477,3</b>	<b>214.290,0</b>	<b>228.178,2</b>	<b>227.088,0</b>	<b>221.758,7</b>	<b>215.267,3</b>	<b>211.810,1</b>	<b>212.831,4</b>	<b>205.425,4</b>	<b>199.892,3</b>	<b>195.128,6</b>	<b>198.301,3</b>
Dívida Mobiliária	177.162,9	176.587,1	166.315,0	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6
Títulos Depositados em Garantias	-3.867,3	-3.912,3	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2
Dívida Contratual	52.364,9	52.149,8	52.028,2	55.256,8	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8
Disponibilidades	-370,9	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>393.940,0</b>	<b>406.669,8</b>	<b>400.919,8</b>	<b>390.745,0</b>	<b>392.584,2</b>	<b>382.152,4</b>	<b>380.017,9</b>	<b>383.639,9</b>	<b>387.300,4</b>	<b>387.978,4</b>	<b>410.141,0</b>	<b>408.036,5</b>	<b>431.739,4</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>25,0%</b>	<b>25,5%</b>	<b>25,0%</b>	<b>24,1%</b>	<b>23,9%</b>	<b>22,9%</b>	<b>22,5%</b>	<b>22,5%</b>	<b>22,5%</b>	<b>22,3%</b>	<b>23,3%</b>	<b>22,9%</b>	<b>24,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Fev/2004	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2005
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>177.162,9</b>	<b>176.587,1</b>	<b>166.315,0</b>	<b>177.248,8</b>	<b>178.382,5</b>	<b>175.445,7</b>	<b>170.452,2</b>	<b>168.306,0</b>	<b>169.098,2</b>	<b>162.942,2</b>	<b>160.369,3</b>	<b>157.408,0</b>	<b>160.960,6</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>47.721,8</b>	<b>47.591,6</b>	<b>45.444,3</b>	<b>48.290,0</b>	<b>47.956,7</b>	<b>46.606,5</b>	<b>45.174,5</b>	<b>43.972,3</b>	<b>41.278,6</b>	<b>39.460,7</b>	<b>38.358,1</b>	<b>37.930,3</b>	<b>37.499,7</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	902,4	855,7	866,3	920,6	914,2	890,5	863,1	796,8	796,2	761,1	739,8	731,6	723,3
Par Bond (PB)	4.484,9	4.476,9	4.532,5	4.816,3	4.783,1	4.643,5	4.500,9	4.385,5	4.382,3	4.189,3	4.072,2	4.026,8	3.981,1
Discount Bond (DB)	3.909,7	3.902,8	3.951,2	4.198,6	4.169,6	3.971,9	3.849,9	3.751,2	3.743,0	3.578,2	3.478,2	3.439,4	3.400,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.496,8	1.494,1	1.375,1	1.461,2	1.451,2	1.413,5	1.370,0	1.334,9	1.200,6	1.147,7	1.115,6	1.103,2	1.090,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	19.055,1	19.021,1	18.340,2	19.488,6	19.354,1	18.851,5	18.272,3	17.803,9	16.901,3	16.156,9	15.705,5	15.530,4	15.354,0
Debt Conversion Bond (DCB)	10.940,2	10.920,7	10.405,9	11.057,5	10.981,2	10.696,0	10.367,4	10.101,6	9.463,4	9.046,6	8.793,8	8.695,8	8.597,0
New Money Bond (NMB)	3.338,6	3.332,6	3.067,3	3.259,4	3.236,9	3.152,8	3.055,9	2.977,6	2.677,9	2.560,0	2.488,4	2.460,7	2.432,8
Eligible Interest (EI)	3.594,1	3.587,6	2.905,7	3.087,7	3.066,4	2.986,8	2.895,0	2.820,7	2.114,0	2.020,9	1.964,5	1.942,6	1.920,5
<b>I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO</b>	<b>129.441,1</b>	<b>128.995,5</b>	<b>120.870,7</b>	<b>128.958,8</b>	<b>130.425,9</b>	<b>128.839,2</b>	<b>125.277,7</b>	<b>124.333,7</b>	<b>127.819,6</b>	<b>123.481,5</b>	<b>122.011,2</b>	<b>119.477,6</b>	<b>123.460,9</b>
Euro 2004	1.786,0	1.755,6	1.730,3	1.872,1	1.859,7	1.783,6	1.753,1	-	-	-	-	-	-
Euro 2005	4.512,5	4.435,6	4.371,7	4.730,0	4.698,5	4.506,4	4.429,3	4.403,9	4.501,9	4.499,1	4.480,9	4.240,1	4.259,2
Euro 2006	2.507,7	2.465,0	2.429,5	2.628,6	2.611,1	2.504,3	2.461,5	2.447,4	2.501,9	2.500,3	2.490,2	2.356,4	2.367,0
Euro 2007	2.733,7	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3
Euro 2009	1.822,5	1.791,4	1.765,6	1.910,3	1.897,6	1.820,0	1.788,9	1.778,6	1.818,2	1.817,1	1.809,7	1.712,5	1.720,2
Euro 2010	2.733,7	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3
Euro 2011	3.640,0	3.582,9	3.531,3	3.820,7	3.795,2	3.640,0	3.577,8	3.557,3	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3
Euro 2012	-	-	-	-	-	-	-	3.557,3	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3
Euro 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.720,2
Eurolibra 2007	816,7	805,4	786,2	860,8	849,0	826,7	793,7	777,6	788,6	784,0	768,9	742,0	749,0
Euroliira 2017	1.411,8	1.387,7	1.367,8	1.479,8	1.470,0	1.409,9	1.385,8	1.377,8	1.408,5	1.407,6	1.401,9	1.326,5	1.332,5
Global 2004	8.741,4	8.725,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global 2005	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0
Global 2006	4.370,7	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5
Global 2007	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5
Global 2008	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5
Global 2009	5.827,6	5.817,2	5.889,4	6.258,2	6.258,2	6.323,7	6.068,0	5.861,2	5.855,4	5.509,4	5.299,6	5.218,2	5.136,3
Global 2010	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5
Global 2011	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8
Global 2012	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8
Global 2013	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8
Global 2014	-	-	-	-	-	2.270,1	2.200,4	2.144,0	2.142,4	2.048,0	3.318,0	3.281,0	3.243,8
Global 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0
Global 2020	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0
Global 2024	8.667,7	8.652,2	8.759,6	9.308,1	9.243,9	9.003,8	8.727,2	8.503,5	8.497,2	8.123,0	7.896,0	7.808,0	7.719,4
Global 2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.243,8
Global 2027	10.198,3	10.180,1	10.306,5	10.951,9	10.876,3	10.593,8	10.268,3	10.005,1	9.997,8	9.557,5	9.290,4	9.186,8	9.082,5
Global 2030	4.662,1	4.653,8	4.711,5	5.006,6	4.972,0	4.842,9	4.694,1	4.573,8	4.570,4	4.369,1	4.247,0	4.199,7	4.152,0
Global 2034	4.370,7	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5
Global 2040	15.027,4	15.000,6	15.186,7	16.137,7	16.026,3	15.610,1	15.130,5	14.742,7	14.731,9	14.083,1	13.689,6	13.536,9	13.383,2
Marco Alemão 2007	1.863,6	1.831,9	1.805,5	1.953,5	1.940,5	1.861,1	1.829,3	1.818,8	1.859,3	1.858,1	1.850,6	1.751,2	1.759,0
Marco Alemão 2008	1.397,7	1.373,9	1.354,1	1.465,1	1.455,3	1.395,8	1.372,0	1.364,1	1.394,5	1.393,6	1.388,0	1.313,4	1.319,3
Samurai 2006	1.601,4	1.670,3	1.597,1	1.712,8	1.712,2	1.629,1	1.610,1	1.556,7	1.607,0	1.588,8	1.553,0	1.517,0	1.486,6
Samurai 2007	2.135,1	2.227,1	2.129,5	2.283,7	2.282,9	2.172,2	2.146,8	2.075,7	2.142,6	2.118,4	2.070,7	2.022,7	1.982,2
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.867,3</b>	<b>-3.912,3</b>	<b>-3.673,0</b>	<b>-3.920,1</b>	<b>-3.935,2</b>	<b>-3.893,3</b>	<b>-3.960,4</b>	<b>-3.856,1</b>	<b>-3.933,9</b>	<b>-3.655,5</b>	<b>-3.674,2</b>	<b>-3.797,9</b>	<b>-3.697,2</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>52.364,9</b>	<b>52.149,8</b>	<b>52.028,2</b>	<b>55.256,8</b>	<b>53.030,5</b>	<b>50.563,0</b>	<b>49.150,1</b>	<b>47.822,4</b>	<b>48.125,6</b>	<b>46.554,7</b>	<b>43.574,2</b>	<b>41.960,5</b>	<b>41.498,8</b>
<b>IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-370,9</b>	<b>-347,2</b>	<b>-380,2</b>	<b>-407,3</b>	<b>-389,9</b>	<b>-356,7</b>	<b>-374,6</b>	<b>-462,2</b>	<b>-458,5</b>	<b>-416,0</b>	<b>-377,0</b>	<b>-442,0</b>	<b>-460,9</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>225.289,6</b>	<b>224.477,3</b>	<b>214.290,0</b>	<b>228.178,2</b>	<b>227.088,0</b>	<b>221.758,7</b>	<b>215.267,3</b>	<b>211.810,1</b>	<b>212.831,4</b>	<b>205.425,4</b>	<b>199.892,3</b>	<b>195.128,6</b>	<b>198.301,3</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>14,3%</b>	<b>14,1%</b>	<b>13,4%</b>	<b>14,1%</b>	<b>13,8%</b>	<b>13,3%</b>	<b>12,8%</b>	<b>12,4%</b>	<b>12,4%</b>	<b>11,8%</b>	<b>11,3%</b>	<b>11,0%</b>	<b>11,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Fev/2004	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2005
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>1.000.121,2</b>	<b>1.023.720,3</b>	<b>1.029.020,5</b>	<b>1.017.380,1</b>	<b>1.037.579,1</b>	<b>1.038.438,3</b>	<b>1.045.751,0</b>	<b>1.057.082,6</b>	<b>1.066.393,2</b>	<b>1.074.803,4</b>	<b>1.102.253,5</b>	<b>1.116.862,3</b>	<b>1.130.190,1</b>
<b>I. Dívida em Mercado</b>	<b>714.575,0</b>	<b>734.065,4</b>	<b>744.454,4</b>	<b>724.948,3</b>	<b>736.414,8</b>	<b>739.003,6</b>	<b>745.544,0</b>	<b>757.366,3</b>	<b>764.214,2</b>	<b>773.745,4</b>	<b>799.217,5</b>	<b>815.449,1</b>	<b>835.428,5</b>
Dívida Securitizada	19.958,0	19.023,9	19.163,1	19.210,3	19.389,5	19.331,3	19.466,0	19.294,0	19.095,8	18.899,9	25.448,5	25.359,7	25.390,9
TDA	2.038,8	2.085,7	2.066,4	2.125,3	2.125,8	2.172,4	2.388,3	2.390,0	2.519,7	2.483,6	2.410,8	2.581,9	2.650,3
LTN	100.285,7	116.192,3	120.271,3	121.509,0	126.436,0	113.756,1	125.601,0	133.273,0	133.507,8	144.909,2	159.841,6	151.278,6	169.563,8
LFT	435.157,2	440.258,9	442.530,7	417.499,1	420.989,2	436.969,6	430.126,0	434.074,0	443.118,8	442.979,0	448.719,6	477.176,7	478.954,6
LFT-A	3.636,0	3.655,9	3.668,5	3.682,6	3.696,5	3.704,4	3.720,2	3.734,2	3.746,5	3.759,9	3.781,8	3.799,7	3.811,3
LFT-B	6.347,8	5.963,1	5.938,6	5.958,6	5.513,2	5.533,8	5.563,8	5.504,5	5.385,9	5.332,3	5.326,6	5.328,4	5.332,2
NTN-A	13.139,4	13.084,8	13.097,3	13.944,3	13.875,5	13.545,0	13.159,4	12.807,2	12.651,4	12.122,1	11.812,6	11.709,2	11.603,5
NTN-B	21.210,6	21.647,2	22.786,4	22.437,3	23.591,3	25.248,1	25.372,1	25.745,6	26.194,6	25.786,8	26.306,3	26.826,0	26.715,2
NTN-C	62.588,8	64.322,1	66.681,5	69.979,0	72.470,1	72.781,4	74.820,9	75.844,9	76.422,8	77.962,6	78.740,7	78.061,3	79.010,0
NTN-D	26.019,6	23.587,3	23.849,4	23.758,7	23.603,0	21.484,3	20.890,8	20.309,1	17.128,0	14.881,0	11.772,9	7.936,3	6.177,3
NTN-F	1.201,2	1.209,4	1.298,4	1.309,1	1.311,6	1.265,3	1.282,2	1.297,4	1.604,5	1.982,1	2.830,9	3.382,1	4.312,6
NTN-I	1.565,2	1.577,3	1.557,9	1.661,1	1.629,0	1.633,2	1.589,2	1.579,0	1.557,8	1.484,6	1.563,6	1.529,5	1.663,4
NTN-P	2.657,3	2.674,9	2.690,3	2.707,7	2.725,6	2.744,2	2.763,1	2.781,3	2.798,0	2.814,9	2.835,9	2.855,2	2.872,0
CFT-A	12.216,5	12.188,6	12.207,0	12.263,4	12.318,3	12.160,9	12.198,3	12.187,7	11.965,2	11.931,0	11.477,7	11.195,3	11.067,6
CFT-D	2.851,8	2.838,3	2.864,5	3.034,6	3.004,1	2.917,0	2.818,4	2.737,2	2.724,3	2.595,7	2.515,0	2.478,7	2.442,0
Demais	3.701,2	3.755,7	3.783,1	3.868,2	3.736,1	3.756,7	3.784,1	3.807,2	3.793,0	3.820,7	3.833,2	3.950,5	3.861,8
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>285.546,3</b>	<b>289.654,9</b>	<b>284.566,1</b>	<b>292.431,8</b>	<b>301.164,2</b>	<b>299.434,7</b>	<b>300.207,0</b>	<b>299.716,4</b>	<b>302.179,0</b>	<b>301.058,0</b>	<b>303.035,9</b>	<b>301.413,3</b>	<b>294.761,5</b>
LTN	112.126,9	128.815,9	120.829,4	122.606,5	124.775,1	103.178,7	108.903,7	114.717,6	102.506,1	114.477,1	126.149,3	111.193,3	107.432,2
LFT	98.601,4	90.794,8	91.895,5	95.509,8	102.678,0	124.225,5	121.176,3	119.584,8	133.999,4	123.646,1	116.051,2	135.136,4	132.964,6
NTN-D	61.382,4	56.763,0	57.785,9	60.465,2	59.726,6	58.070,3	56.243,9	51.476,7	51.607,8	49.032,0	47.070,4	41.593,3	40.948,5
Demais	13.435,6	13.281,3	14.055,2	13.850,3	13.984,5	13.960,0	13.883,2	13.937,3	14.065,8	13.902,9	13.765,0	13.490,3	13.416,2
<b>Dívida em Mercado/PIB</b>	<b>45,3%</b>	<b>46,1%</b>	<b>46,4%</b>	<b>44,7%</b>	<b>44,8%</b>	<b>44,4%</b>	<b>44,2%</b>	<b>44,4%</b>	<b>44,4%</b>	<b>44,4%</b>	<b>45,3%</b>	<b>45,8%</b>	<b>46,4%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Fev/2004	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2005
<b>I. INTERNA</b>	<b>-133.676,3</b>	<b>-136.181,4</b>	<b>-137.525,0</b>	<b>-139.385,7</b>	<b>-142.356,5</b>	<b>-144.952,3</b>	<b>-145.402,8</b>	<b>-146.322,9</b>	<b>-147.742,6</b>	<b>-149.446,6</b>	<b>-149.978,6</b>	<b>-152.666,6</b>	<b>-154.873,6</b>
Dívida contratual	490,8	487,3	489,7	506,5	476,6	466,2	453,4	441,1	429,7	414,2	380,2	373,9	370,4
FAT	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4
Aplicações financeiras	-3.591,3	-3.649,7	-3.474,0	-3.738,6	-3.770,3	-3.785,0	-3.787,7	-3.800,6	-3.873,3	-3.875,0	-3.658,6	-3.666,1	-3.805,1
Fundos Regionais	-25.757,5	-26.149,5	-26.528,0	-26.790,0	-27.283,2	-27.668,8	-28.062,0	-28.403,8	-28.870,3	-29.237,8	-29.664,8	-30.123,8	-30.581,0
Demais	-12.244,4	-12.561,5	-12.689,6	-12.848,7	-12.977,0	-13.178,0	-13.261,4	-13.345,0	-13.465,0	-13.601,7	-14.283,1	-13.677,9	-13.664,4
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-370,9</b>	<b>-347,2</b>	<b>-380,2</b>	<b>-407,3</b>	<b>-389,9</b>	<b>-356,7</b>	<b>-374,6</b>	<b>-462,2</b>	<b>-458,5</b>	<b>-416,0</b>	<b>-377,0</b>	<b>-442,0</b>	<b>-460,9</b>
Disponibilidades	-370,9	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-134.047,3</b>	<b>-136.528,6</b>	<b>-137.905,2</b>	<b>-139.793,0</b>	<b>-142.746,4</b>	<b>-145.309,0</b>	<b>-145.777,3</b>	<b>-146.785,1</b>	<b>-148.201,1</b>	<b>-149.862,6</b>	<b>-150.355,6</b>	<b>-153.108,6</b>	<b>-155.334,5</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-8,5%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,7%</b>	<b>-8,7%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,5%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ FEVEREIRO 2004/2005(\*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada	Limite autorizado (até dez)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação autorizada	Limite autorizado (até dez)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	585.267	527.536,0	46.930,8	20.606,2	18.154,1	21.466,0	1.045.375,5	696.330,0	61.397,2	18.375,0	16.960,7	18.430,8
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.350,0	2.493,0	185,9	114,0	113,6	1,0	2.300,1	2.300,0	179,5	161,0	160,0	14,4
Advocacia-Geral da União	94.166,8	66.232,0	6.923,9	4.540,0	4.484,7	3.299,9	89.808,2	69.300,0	8.542,3	5.210,9	5.134,6	2.173,2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	624.668,7	613.531,0	48.583,1	40.805,0	33.117,3	44.588,4	811.858,7	535.909,0	67.956,3	38.252,3	26.954,7	35.459,9
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.886.407,9	1.878.889,0	135.550,0	70.995,0	66.796,0	161.716,2	2.586.492,5	2.586.385,0	247.118,1	101.775,2	72.485,1	86.614,8
Ministério da Fazenda	1.488.234,8	1.558.286,0	84.519,8	62.323,1	57.868,0	26.249,7	1.877.271,6	1.436.858,0	165.862,4	77.359,9	74.438,3	18.333,3
Ministério da Educação	5.611.512,0	5.781.128,0	441.782,3	225.162,5	210.422,3	485.835,9	6.973.405,6	6.461.212,0	705.929,9	296.406,1	159.865,6	422.803,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	426.061,6	403.294,0	26.149,2	19.426,1	18.889,1	8.251,9	486.622,7	396.627,0	50.208,9	32.752,7	32.319,5	1.794,9
Ministério da Justiça	708.153,5	742.152,0	33.406,8	22.036,5	20.029,6	42.558,5	1.049.006,2	806.597,0	85.760,3	29.629,8	27.659,1	31.742,8
Ministério de Minas e Energia	462.501,1	340.175,0	21.228,0	9.652,1	7.852,1	27.681,6	679.395,8	264.396,0	48.688,4	17.591,0	16.825,3	11.340,3
Ministério da Previdência Social	1.337.340,6	1.216.594,0	123.722,5	59.620,2	37.453,8	107.977,4	1.335.373,9	967.995,0	152.258,8	45.294,3	35.557,2	100.440,5
Ministério das Relações Exteriores	764.941,0	897.492,0	36.742,1	35.736,5	35.736,1	8.903,0	874.162,5	711.098,0	60.081,4	55.065,9	54.784,8	40.773,0
Ministério da Saúde	27.183.414,2	27.218.569,0	5.123.621,7	3.582.205,4	3.515.470,7	941.020,1	30.144.971,8	30.145.000,0	9.296.113,3	4.193.546,3	4.041.911,2	618.497,5
Ministério do Trabalho e Emprego	790.825,6	590.688,0	46.408,7	30.790,8	29.190,6	7.910,8	781.192,0	525.037,0	67.705,3	24.482,6	24.264,9	6.006,0
Ministério dos Transportes	541.672,3	530.012,0	32.965,2	5.059,8	5.007,3	76.502,4	836.777,8	636.046,0	33.751,8	8.009,4	7.885,7	14.339,8
Ministério das Comunicações	465.877,6	358.100,0	14.535,0	8.880,3	8.874,3	21.617,3	702.868,9	209.155,0	77.876,8	28.745,8	26.841,3	22.728,5
Ministério da Cultura	258.873,7	212.871,0	7.850,2	4.374,4	4.336,5	11.421,5	342.025,1	172.759,0	29.913,7	7.460,4	6.952,2	12.977,7
Ministério do Meio Ambiente	384.721,4	361.408,0	25.171,1	10.818,4	10.793,1	23.733,6	514.070,8	352.783,0	30.371,0	13.064,4	12.575,3	19.650,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	839.676,2	323.413,0	15.749,1	12.493,0	12.466,2	25.876,0	453.927,9	330.332,0	24.185,9	21.415,2	16.957,1	15.694,5
Ministério do Desenvolvimento Agrário	396.569,7	445.966,0	10.927,2	6.883,8	6.665,0	20.582,0	699.655,3	510.500,0	23.135,0	7.541,5	7.478,8	26.747,0
Ministério do Esporte	99.148,7	80.952,0	1.125,9	566,3	566,3	4.955,1	142.404,9	75.400,0	11.315,4	1.012,5	975,2	7.295,2
Ministério da Defesa	3.172.344,7	3.524.894,0	168.382,8	74.243,7	64.141,8	140.248,8	4.126.673,2	3.737.674,0	318.449,3	116.420,4	84.168,8	198.000,2
Ministério da Integração Nacional	293.091,5	228.041,0	11.348,3	3.907,9	3.380,1	69.543,9	251.936,7	172.734,0	15.495,1	4.654,8	3.887,2	8.626,6
Ministério do Turismo	199.366,8	183.837,0	14.063,9	6.893,5	6.736,2	4.166,5	355.662,2	179.879,0	28.510,4	4.308,4	4.267,5	9.780,4
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	5.483.698,8	5.654.398,0	857.886,0	851.543,1	851.538,7	72.349,1	7.219.786,7	6.019.740,0	1.173.828,2	905.016,3	904.945,2	39.308,4
Ministério das Cidades	268.731,8	264.916,0	13.067,9	14.325,6	10.738,1	21.720,8	405.896,2	390.400,0	24.189,9	15.784,5	13.748,6	7.953,9
Encargos Financeiros da União	31.710,3	-	-	-	-	-	162.557,7	162.600,0	47.755,4	-	-	-
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	133.755,3	135.917,0	6.507,6	6.411,2	6.411,2	-	1.048.740,6	146.400,0	7.496,5	7.400,6	7.400,6	1.214,9
Operações Oficiais de Crédito	42.593,6	37.596,0	2,4	2,4	2,4	-	141.043,6	63.100,0	2,4	2,4	2,4	-
<b>TOTAL</b>	<b>54.577.677,4</b>	<b>54.179.380,0</b>	<b>7.355.337,4</b>	<b>5.190.416,8</b>	<b>5.047.235,2</b>	<b>2.380.177,1</b>	<b>66.141.264,5</b>	<b>58.764.546,0</b>	<b>12.864.078,7</b>	<b>6.076.739,7</b>	<b>5.687.406,6</b>	<b>1.778.742,0</b>

Dados preliminares.

(\*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index\\_informacoes\\_siafi.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp).

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ FEVEREIRO 2004/2005(\*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada	Limite autorizado (até dez)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação autorizada	Limite autorizado (até dez)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	144.087	95.831,0	454,3	56,8	42,0	2.443,6	109.045,6	59.270,0	1.007,4	52,3	48,1	5.483,4
Gabinete da Vice-Presidência da República	150,0	110,0	50,0	-	-	-	200,0	200,0	0,6	-	-	-
Advocacia-Geral da União	9.410,4	12.843,0	4,1	-	-	1.170,5	8.221,1	4.200,0	-	-	-	600,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	187.146,7	122.013,0	373,6	73,9	72,0	8.115,4	355.204,6	90.591,0	2.915,4	196,9	31,7	8.053,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	205.788,7	254.661,0	382,4	361,6	345,1	7.748,3	655.115,4	655.115,0	2.414,3	1.871,5	1.727,6	24.068,4
Ministério da Fazenda	89.313,6	73.993,0	825,3	6,7	6,7	2.539,7	526.783,3	526.342,0	3.196,2	1.801,2	1.801,2	4.383,0
Ministério da Educação	692.522,6	478.292,0	2.193,0	497,9	280,9	38.218,2	937.436,7	749.588,0	7.061,0	4.385,5	4.167,3	45.559,2
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	68.847,1	137.099,0	329,7	162,7	162,3	667,4	103.658,1	22.373,0	373,6	331,0	331,0	1.417,8
Ministério da Justiça	554.671,7	503.539,0	18,0	10,3	7,3	15.990,6	679.361,4	421.203,0	2.207,3	2.049,3	1.866,0	17.286,3
Ministério de Minas e Energia	68.024,7	46.019,0	37,7	6,9	0,3	993,0	39.743,5	23.404,0	373,7	40,5	36,0	538,3
Ministério da Previdência Social	47.295,7	34.739,0	-	-	-	3.932,3	151.575,6	136.405,0	-	-	-	10.651,6
Ministério das Relações Exteriores	39.059,0	29.001,0	281,6	274,1	274,1	254,5	69.601,8	65.102,0	601,0	597,9	597,9	930,6
Ministério da Saúde	2.592.341,7	1.921.386,0	7.847,6	3.407,6	3.373,9	54.863,6	2.627.598,1	2.627.600,0	15.522,3	1.112,9	1.042,2	79.153,7
Ministério do Trabalho e Emprego	33.567,9	25.134,0	-	-	-	231,1	24.225,2	22.163,0	1.130,1	-	-	2.532,5
Ministério dos Transportes	2.484.181,6	2.168.488,0	59.586,9	29,8	23,0	38.658,3	6.305.086,6	3.603.654,0	78.730,8	15,9	15,9	85.856,7
Ministério das Comunicações	19.337,9	41.900,0	69,1	68,6	68,6	1.936,4	151.300,8	45.245,0	2.881,8	2.877,7	2.877,7	2.203,5
Ministério da Cultura	109.703,6	45.885,0	11,9	11,0	-	1.159,8	137.988,4	40.641,0	412,7	-	-	3.255,0
Ministério do Meio Ambiente	88.208,5	40.478,0	369,4	25,9	25,9	1.483,9	119.535,2	40.117,0	116,5	10,0	10,0	3.977,1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	12.805,6	25.758,0	21,1	3,4	3,4	601,7	18.768,5	18.768,0	0,3	-	-	1.222,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	673.663,4	1.086.318,0	78,9	0,0	0,0	23.142,4	1.234.679,9	788.400,0	77.952,9	7.481,6	7.481,6	40.239,1
Ministério do Esporte	250.020,3	156.492,0	-	-	-	12.634,7	479.464,7	14.000,0	-	-	-	1.177,4
Ministério da Defesa	1.091.577,2	1.422.400,0	47.602,0	47.443,2	47.433,2	57.109,4	1.427.727,0	968.126,0	24.831,5	1.628,4	1.178,5	176.009,3
Ministério da Integração Nacional	1.109.790,6	682.726,0	151,7	128,6	120,2	15.373,1	2.323.481,1	956.366,0	715,3	-	-	10.264,9
Ministério do Turismo	262.345,2	176.458,0	8,0	-	-	2.288,3	658.657,8	19.121,0	24,5	6,7	6,7	134,3
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	325.521,2	150.680,0	-	-	-	2.885,4	181.260,0	181.260,0	756,5	-	-	615,5
Ministério das Cidades	1.098.883,7	968.736,0	23,1	9,2	9,2	43.540,6	2.341.810,8	341.200,0	11.834,6	59,1	-	19.186,7
Encargos Financeiros da União	-	925,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19,7
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações Oficiais de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12.258.265,8</b>	<b>10.701.904,0</b>	<b>120.719,2</b>	<b>52.578,3</b>	<b>52.248,0</b>	<b>337.981,9</b>	<b>21.667.531,1</b>	<b>12.420.454,0</b>	<b>235.060,0</b>	<b>24.518,5</b>	<b>23.219,6</b>	<b>544.820,4</b>

Dados preliminares.

(\*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index\\_informacoes\\_siafi.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp).

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.



**COMENTÁRIOS**

No mês de fevereiro de 2005, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo nominal de 12,4% (doze vírgula quatro por cento) quando comparados aos repasses efetuados em janeiro de 2005.

Em fevereiro de 2005, as transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4.077,2 milhões, contra R\$ 4.657,58 milhões no mês de janeiro de 2005, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes as distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo

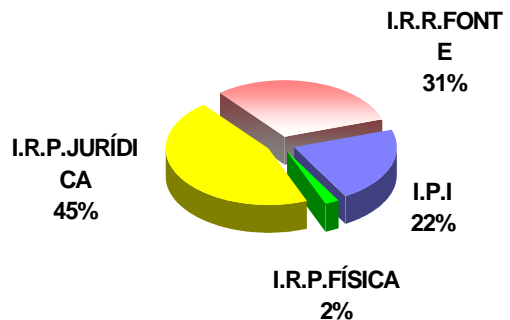
-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023. **Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional : (0xx61) 481-8000.**

**COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS**

Em **fevereiro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

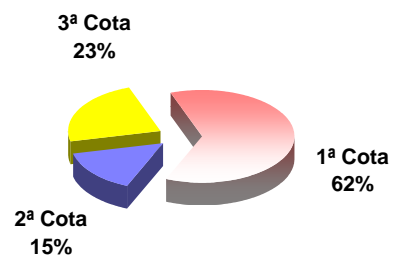
**BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE  
FNO FNE FCO**



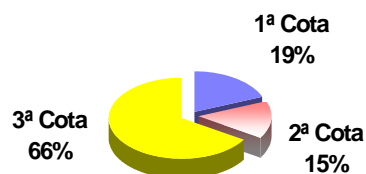
**DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS**

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao

**FPE/FPM/FNE/FNO/FCO**



**IPI-EXP**



**DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE**

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	FEV	JAN	JAN A FEV	FEV/05 JAN/05	FEV/05 FEV/04	JAN A FEV/05 JAN A FEV/04
2004	2.395,1	2.193,2	4.588,3	-	-	-
2005	2.451,2	2.800,1	5.251,3	-12,4%	+2,3 %	+14,4 %

ANO	FPE* (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	FEV	JAN	JAN A FEV	FEV/05 JAN/05	FEV/05 FEV/04	JAN A FEV/05 JAN A FEV/04
2004	2.288,7	2.095,7	4.384,4	-	-	-
2005	2.342,2	2.675,6	5.017,9	-12,4%	+2,3 %	+14,4 %

(\*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

**PREVISTO X REALIZADO**

De acordo com a Portaria STN 678/04 os créditos relativos ao mês de **janeiro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/02, 18/02 e 28/02**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
<b>FEV</b>	-14,0%	-12,4%	-14,0%	-12,4%	-22,0%	-14,9%

## DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de janeiro de 2005 a 20 de fevereiro de 2005, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita	Base de Cálculo	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR	Classificada (Caixa)	IPI+IR	FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)(2)	FUNDEF(2)
3ºDEC/JAN	338,2	6.408,4	6.746,6						
<b>FEV/2005</b>	<b>1.574,3</b>	<b>7.926,9</b>	<b>9.501,2</b>	<b>Fev/2005</b>	<b>10.894,3</b>	<b>1.990,9</b>	<b>2.083,5</b>	<b>151,8</b>	<b>745,8</b>
1ºDEC/Fev	265,1	1.368,8	1.633,9	3º Dec/Jan	<b>6.746,6</b>	1.232,9	1.290,3	28,7	450,3
2ºDEC/Fev	1.182,9	1.330,9	2.513,8	1º Dec/Fev	<b>1.633,9</b>	298,6	312,5	22,5	111,8
3ºDEC/Fev	126,2	5.227,3	5.353,5	2º Dec/Fev	<b>2.513,8</b>	459,4	480,8	100,5	183,7

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

### DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	11.649,66	68.109,75	15,86	14.116,68
AL	49.614,15	82.824,72	376,34	23.795,07
AM	28.639,43	55.554,94	4.069,20	16.004,27
AP	7.326,69	67.930,57	3,21	13.454,01
BA	186.145,73	187.071,86	9.166,86	69.059,17
CE	109.037,71	146.072,62	1.995,94	46.063,93
DF	4.622,73	13.741,41	42,55	3.592,38
ES	37.213,27	29.863,97	6.767,43	14.843,32
GO	75.714,36	56.604,16	1.522,00	24.186,16
MA	84.731,15	143.709,38	1.438,02	41.280,28
MG	274.055,55	88.686,02	17.252,80	72.542,04
MS	30.989,68	26.519,20	970,93	10.844,69
MT	39.426,04	45.948,70	1.444,89	16.145,97
PA	75.848,56	121.685,70	5.698,10	37.719,10
PB	67.361,26	95.343,70	595,63	28.939,93
PE	105.510,17	137.378,22	848,25	41.252,54
PI	51.875,15	86.036,09	82,56	24.480,03
PR	140.698,30	57.402,52	16.927,00	42.231,15
RJ	61.546,91	30.415,45	15.679,96	21.488,34
RN	51.762,33	83.179,11	1.026,28	24.148,20
RO	18.968,65	56.056,65	216,68	13.383,98
RR	10.175,95	49.389,03	9,88	10.529,46
RS	140.563,63	46.882,44	21.830,25	41.164,63
SC	81.012,82	25.479,94	13.360,21	22.676,82
SE	30.328,40	82.729,16	102,37	20.075,85
SP	279.503,59	19.909,31	30.365,50	70.507,79
TO	31.965,23	86.406,41	18,83	20.925,89
<b>Total</b>	<b>2.086.287,11</b>	<b>1.990.931,03</b>	<b>151.827,52</b>	<b>785.451,71</b>

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. e FUNDEF-União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

### ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Mar/Fev	Abr/Mar	Mai/Abr
<b>FPM/FPE/FNE/FNO/FCO</b>	<b>-12,0 %</b>	<b>+18,0 %</b>	<b>-13,0%</b>
<b>IPI-EXP</b>	<b>-14,0 %</b>	<b>+32,0%</b>	<b>+1,0%</b>

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

### DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Mai/2004	01/07/04	Out/2004	26/11/04
Jun/2004	30/08/04	Nov/2004	21/12/04
Jul/2004	30/08/04	Dez/2004	09/02/05
Ago/2004	30/09/04	Jan a Dez/2004	10/02/05
Set/2004	20/10/04	Jan/2005	16/02/05

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de dezembro de 2004, a Portaria STN 678, de 16 de dezembro de 2004, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2005.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados  
Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116/3023 Fax: (61) 412.1580  
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

#### COMPORTAMENTO NO MÊS

Em fevereiro de 2005, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.389,3 milhões, contra R\$ 2.688,4 milhões em janeiro de 2005. Os repasses para o Fundo apresentaram decréscimo de 11,1% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o decréscimo da ordem de 12,4% do FPM/FPE - FUNDEF.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições de cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: >Governo, >DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para ver Demonstrativo.

**Não deixe de consultar, também a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional:(061)481-8000.**

Origens	janeiro	Partc.	fevereiro	Partc.	R\$ Mil FEV/ JAN
FPM	416.872,7	15,5%	364.927,6	15,3%	-12,4%
FPE	401.351,8	14,9%	351.340,8	14,7%	-12,4%
IPI-EXP	31.467,4	1,2%	26.793,1	1,1%	-14,9%
LC 87/96	42.390,3	1,6%	42.390,3	1,8%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	-2,4	0,0%	0,0	0,0%	-100,0%
ICMS	1.796.384,1	66,8%	1.603.928,3	67,1%	-10,7%
<b>Total</b>	<b>2.688.463,9</b>	<b>100%</b>	<b>2.389.380,0</b>	<b>100%</b>	<b>-11,1%</b>

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

#### DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 2104-8648, 2104-9270, 2104-9295
- por meio do Fax (61) 2104-9283;
- por meio de e-mail: [fundef@mec.gov.br](mailto:fundef@mec.gov.br) ;
- por correspondência endereçada ao:

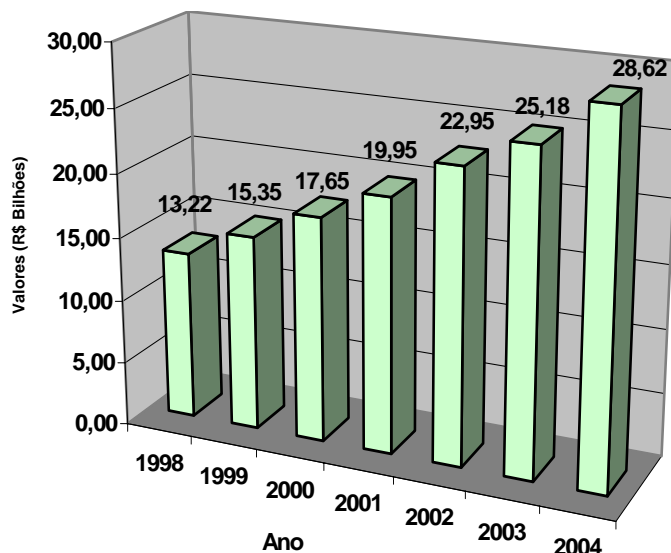
Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501  
70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116//3023 Fax: (61) 412. 1580  
Email: [copem.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:copem.df.stn@fazenda.gov.br)

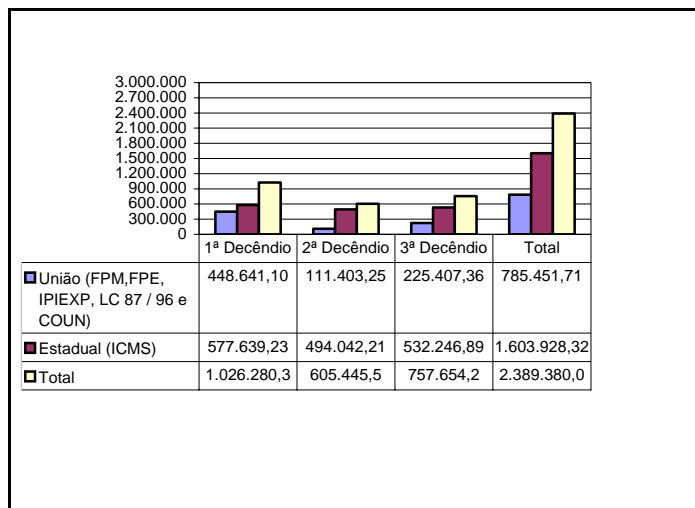
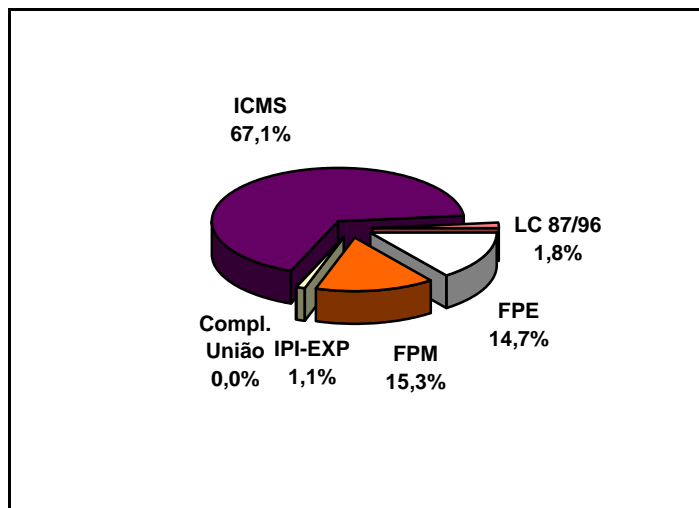
#### EVOLUÇÃO DO FUNDEF 1998 A 2004

Desde a sua implantação, em 1998, o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, vem apresentando transferências de valores crescentes, em valores nominais, conforme se verifica no gráfico abaixo.



**FUNDEF BRASIL POR ORIGEM**
**FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO**

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


**DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - FEVEREIRO/2005 (EM R\$ MIL)**

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	144.012	12.019	2.056	3	0	39	3.669	17.785	123,5	136,4
AL	686.155	14.616	8.755	66	0	357	11.784	35.579	51,9	60,6
AM	737.073	9.804	5.054	718	0	428	26.317	42.321	57,4	74,0
AP	124.616	11.988	1.293	1	0	173	2.463	15.917	127,7	144,1
BA	2.886.960	33.013	32.849	1.618	0	1.580	73.690	142.749	49,4	57,6
CE	1.585.366	25.778	19.242	352	0	692	35.737	81.801	51,6	46,5
DF(2)	294.440	2.425	816	8	0	344	0	3.592	12,2	13,8
ES	501.939	5.270	6.567	1.194	0	1.812	43.345	58.188	115,9	107,2
GO	915.092	9.989	13.361	269	0	567	46.931	71.117	77,7	82,0
MA	1.475.516	25.360	14.953	254	0	713	20.305	61.586	41,7	35,3
MG	3.257.691	15.650	48.363	3.045	0	5.484	174.580	247.122	75,9	81,4
MS	404.776	4.680	5.469	171	0	525	27.652	38.496	95,1	103,0
MT	575.521	8.109	6.958	255	0	825	34.688	50.834	88,3	96,6
PA	1.554.285	21.474	13.385	1.006	0	1.855	52.746	90.466	58,2	49,0
PB	773.710	16.825	11.887	105	0	122	14.716	43.656	56,4	65,1
PE	1.429.101	24.243	16.285	150	0	574	43.340	84.592	59,2	61,0
PI	663.490	15.183	9.154	15	0	128	9.941	34.421	51,9	62,3
PR	1.558.298	10.130	24.829	2.987	0	4.285	98.772	141.004	90,5	102,6
RJ	2.003.228	5.367	10.861	2.767	0	2.493	142.247	163.736	81,7	106,0
RN	543.826	14.679	9.135	181	0	154	18.602	42.751	78,6	87,2
RO	300.173	9.892	3.347	38	0	106	12.808	26.192	87,3	102,8
RR	75.189	8.716	1.796	2	0	16	2.046	12.576	167,3	192,9
RS	1.541.054	8.273	24.771	3.852	0	4.268	83.770	124.935	81,1	108,5
SC	878.422	4.496	14.296	2.358	0	1.526	73.212	95.889	109,2	108,1
SE	378.202	14.599	5.352	18	0	106	11.302	31.378	83,0	94,6
SP	5.091.365	3.513	48.453	5.359	0	13.183	530.494	601.002	118,0	138,8
TO	263.208	15.248	5.641	3	0	33	8.769	29.695	112,8	103,5
<b>Total</b>	<b>30.642.708</b>	<b>351.341</b>	<b>364.928</b>	<b>26.793</b>	<b>0</b>	<b>42.390</b>	<b>1.603.928</b>	<b>2.389.380</b>	<b>78,0</b>	<b>87,2</b>

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 4.351, de 28.12.2004. Exceto, os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).  
Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.